



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE TURISMO**

BÁRBARA TEREZA FAGUNDES ESTOLANO

**TURISMO E ACESSIBILIDADE: ANÁLISE DE INFORMAÇÕES PARA PCD NO
SITE DE 10 UC'S DE MINAS GERAIS**

**Ouro Preto - Minas Gerais
Junho, 2022**

BÁRBARA TEREZA FAGUNDES ESTOLANO

**TURISMO E ACESSIBILIDADE: ANÁLISE DE INFORMAÇÕES PARA PCD NO
SITE DE 10 UC'S DE MINAS GERAIS**

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da
Universidade Federal de Ouro Preto, como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharela em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Burkowski

**Ouro Preto - Minas Gerais
Junho, 2022**

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

E818t Estolano, Barbara Tereza Fagundes.
Turismo e acessibilidade [manuscrito]: análise de informações para
PCD no site de 10 UC's de Minas Gerais. / Barbara Tereza Fagundes
Estolano. - 2022.
61 f.: il.: color., mapa. + QUADRO.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Burkowski.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola
de Direito, Turismo e Museologia. Graduação em Turismo .

1. Pessoas com deficiência - Orientação e mobilidade - Acessibilidade.
2. Unidades de conservação. 3. Tecnologias. I. Burkowski, Rodrigo. II.
Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 338.48-056.26

Bibliotecário(a) Responsável: Sione Galvão Rodrigues - CRB6 / 2526



FOLHA DE APROVAÇÃO

Barbara Tereza Fagundes Estolano

Turismo e acessibilidade: Análise de informações para PCD no site de 10 UC's de Minas Gerais

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Turismo

Aprovada em 15 de junho de 2022

Membros da banca

Dr. - Rodrigo Burkowski - Orientador Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. - Ricardo Eustáquio Fonseca Filho - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. - Bruno Pereira Bedim - Universidade Federal de Ouro Preto

Rodrigo Burkowski, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 28/06/2022



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Burkowski, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 04/07/2022, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0356308** e o código CRC **2504739F**.

AGRADECIMENTOS

Elevo meus agradecimentos ao universo, por me permitir ter uma família tão especial que sempre me apoia e acredita no meu sucesso. Ao me Pai, minha Mãe e meu Irmão, sou imensamente grata por tê-los comigo. Vocês são a representação do amor para mim. Agradeço a UFOP pelo ensino de qualidade e aos meus queridos professores do DETUR, pelos conhecimentos e ensinamentos compartilhados. Agradeço ainda, por ter tido a oportunidade de conhecer pessoas únicas que se tornaram grandes amigos e por ter estado diante de oportunidades incríveis que contribuíram diretamente para que eu chegasse até aqui. Levo tudo e todos sempre em meu coração!

**“Como as aves, as pessoas são diferentes em
seus voos, mas iguais no direito de voar.”
Judite Hertal.**

RESUMO

O Turismo é uma prática bastante plural e envolve em seu *trade* uma série de elementos e perfis de pessoas. Turismo é sobre diversidade e consegue unir assuntos como natureza e desenvolvimento tecnológico, que ajudam a tornar a atividade ainda mais dinâmica. Este trabalho tem como objetivo abordar os enfrentamentos diários do turista PCD quando ele se propõe a estar em contato com áreas naturais, mais precisamente, em Unidades de Conservação do Estado de Minas Gerais e quais os recursos vêm sendo utilizados por esses espaços para torná-los cada vez mais inclusivos às pessoas com deficiência, uma vez que estar em contato com a natureza faz bem ao bem-estar humano. Para que essas finalidades pudessem ser atingidas, foram utilizadas enquanto metodologias duas opções de pesquisa: a bibliográfica e a pesquisa exploratória. A partir dessa estratégia foi possível concluir que medidas voltadas a adaptabilidade de UCs brasileiras vem se tornando realidade, no entanto, ainda precisam ser amplamente difundidas até abranger todos os espaços, assim como as informações pertinentes ao turista PCD ao momento em que ele se propõe em buscá-las em páginas na web, uma vez que é bastante difícil obter dados sobre o tema nos sites informativos das instituições.

Palavras-chave: Acessibilidade; PCD; Unidades de Conservação; Tecnologias.

ABSTRACT

Tourism is a very plural practice and involves in its trade a series of elements and people profiles. Tourism is about diversity and manages to bring together issues such as nature and technological development, which help to make the activity even more dynamic. Therefore, this work aims to approach the daily confrontations of the PWD tourist when he or she proposes to be in contact with natural areas, more precisely, in Conservation Units in the State of Minas Gerais and which resources have been used by these spaces to make them more and more inclusive to people with disabilities, since being in contact with nature is good for human well-being. For these purposes to be achieved, two research options were used as methodologies: the bibliographic and the exploratory research. From this strategy it was possible to conclude that measures aimed at the adaptability of Brazilian UCs have been becoming a reality, however, they still need to be widely disseminated until they cover all spaces, as well as the information pertinent to the PCD tourist at the moment he or she proposes to search for it on web pages, since it is quite difficult to obtain data on the theme on the informative sites of the institutions.

Keywords: Accessibility; PCD; Conservation Units; Technologies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Cadeira de rodas “Juliettis” | 35 |
| Figura 2 – Simulação de viagem virtual – Projeto 3D. Pristino | 41 |
| Figura 3 – Sítio Arqueológico Abrigo do Esmeril, em projeto 3D. Pristino | 42 |
| Figura 4 – Viagem virtual pelo arquipélago de Abrolhos | 43 |
| Figura 5 - Localização das UCs Nacionais e Estaduais de MG - Recurso <i>MyMaps</i> Google .. | 45 |
| Figura 6 – Captura de tela da página oficial da UC Parna Caparaó..... | 46 |
| Figura 7 – Captura de tela da página oficial da UC Parna Serra do Cipó..... | 47 |
| Figura 8 – Captura de tela da página oficial da UC Parna da Gandarela..... | 48 |
| Figura 9 – Captura de tela da página oficial da UC Parna da Canastra..... | 49 |
| Figura 10 – Captura de tela da página oficial da UC Parna Grande Sertão Veredas | 50 |
| Figura 11 – Captura de tela da página oficial da UC Parque Estadual do Itacolomi | 51 |
| Figura 12 - Crianças de escolas de Mariana fazem visita ao PEIT | 53 |
| Figura 13 – Captura de tela da página oficial da UC Parque Estadual do Ibitipoca | 53 |
| Figura 14 – Captura de tela da página oficial da UC Parque Estadual da Lapa Grande | 54 |
| Figura 15 – Captura de tela da página oficial da UC Parque Estadual do Rola-Moça..... | 55 |
| Figura 16 – Captura de tela da página oficial da UC Parque Estadual do Rio Doce | 56 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 - Relação de UCs Nacionais e UCs Estaduais no Estado de Minas Gerais..... | 44 |
|---|----|

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS:

PDC – Pessoa com deficiência

UC – Unidade de Conservação

APP - Aplicativo

ONU – Organização das Nações Unidas

COVID-19 - Coronavírus

CONADE – Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

DTI – Destino Turístico Inteligente

DOU – Diário Oficial da União

OMT – Organização Mundial do Turismo

OMS – Organização Mundial da Saúde

TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

PUP – Plano de Uso Público

MMA – Ministério do Meio Ambiente

RV – Realidade Virtual

IEF – Instituto Estadual de Florestas

PEIT – Parque Estadual do Itacolomi

PARNA – Parque Nacional

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1. Turismo e suas pluralidades: um bem social que deve estar ao alcance de todos | 14 |
| 1.1 Liberdade de ir e vir: Um direito elementar do cidadão | 14 |
| 1.2 Políticas públicas, turismo e acessibilidade | 17 |
| 1.3 Turismo 4.0: a tecnologia a favor a acessibilidade | 19 |
| 1.4 Contexto da sociedade brasileira: o público PCD e os enfrentamentos diários enquanto turista | 23 |
| 2. Acessibilidade no Ecoturismo e Turismo de aventura | 26 |
| 2.1 Meio ambiente: a natureza como propulsor do bem-estar humano..... | 26 |
| 2.2 A crescente procura por áreas naturais frente ao adoecimento mental causado pela COVID-19 | 28 |
| 2.3 Parques naturais: a importância de infraestrutura voltada à PCDs e pessoas com mobilidade reduzida em áreas verdes | 32 |
| 3. Tecnologias e acessibilidade em Unidades de Conservação (UC's) | 38 |
| 3.1 O uso da tecnologia como fator de incremento a acessibilidade em áreas naturais..... | 38 |
| 3.2 Acessibilidade ao turista PCD em Unidades de Conservação do Estado de Minas Gerais: uma análise das informações encontradas nos sites oficiais das UCs..... | 44 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 57 |
| REFERÊNCIAS | 60 |

INTRODUÇÃO

Acredito que todo graduando em Turismo já escutou que “O Turismo é uma área bastante plural e abrange diferentes ofertas de serviços e contempla diferentes perfis de pessoas”. Quem ainda não ouviu essa afirmação, em algum momento irá ouvir, no pós formatura, em alguma especialização ou no futuro ambiente de trabalho. A questão é: será que a prática do turismo está de fato ao alcance de todos? Esse questionamento me veio à mente no 4º período, quando me deparei com a matéria “Turismo e Acessibilidade” na listagem de eletivas.

Eu até então não havia parado para me questionar como funcionava a dinâmica do turismo atrelado à acessibilidade e qual era a realidade das pessoas com deficiência quando buscam lazer por meio do turismo. A partir dos estudos dessa matéria, aprendi que a acessibilidade vai muito além de infraestrutura limitadas em rampas ou um simples corrimão. Existem várias outras formas de tornar um ambiente mais acessível e acolhedor, iniciando do momento em que precisamos nos comunicar com um PCD e prestar atendimento. Esse assunto, a qual tenho bastante empatia, me fez enxergar a atividade turística como de fato muito plural. No entanto, os espaços turísticos precisam na prática receber a todos, não apenas em teoria.

Decidi então, unir acessibilidade e áreas naturais, por ter também ter grande paixão com o tema meio ambiente; já a inclusão da tecnologia, foi por acreditar que os avanços tecnológicos podem contribuir efetivamente para uma atividade turística mais inclusiva às pessoas com deficiência. Assim nasceu o título “Turismo, Tecnologias e Acessibilidade em Parques Naturais para Pessoas com Deficiência (PCD) – Um Estudo sobre as condições adaptativas de 10 Unidades de Conservação Nacionais e Estaduais do Estado de Minas Gerais ao público PCD”.

O objetivo geral desta pesquisa é investigar se as UCs nacionais e estaduais deste Estado estão preparadas para receber pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, através de infraestrutura e equipamentos voltados ao público PCD, e se utilizam de alguma solução tecnológica para tornar o espaço mais acessível. Foram escolhidas cinco UCs nacionais e cinco UCs estaduais. O objetivo específico é realizar uma análise dos web sites institucionais, a partir das unidades de conservação escolhidas, para averiguar se esses veículos informativos oferecerem instruções voltadas a implantação de medidas de acessibilidade ao visitante que

esteja em busca desse tipo de informação. A metodologia utilizada para o desenvolvimento desse trabalho ocorreu por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa exploratória.

O presente trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo aborda sobre a pluralidade do turismo, que envolve a “liberdade de ir e vir” um direito que, aos olhares da pesquisadora, “teoricamente”, todo ser humano possui. Partindo disso, é levantada enquanto hipótese, se esse direito está de fato ao alcance de todos, unificando a importância da existência de políticas públicas atreladas ao turismo, para o resguardo de direitos aos PCDs. Este capítulo ainda apresenta a tecnologia como fator de incremento a acessibilidade e alguns exemplos de enfrentamentos diários vividos por pessoas com deficiência em seu cotidiano sob um contexto geral.

O segundo capítulo introduz um dos temas chave desta pesquisa tratando sobre a acessibilidade no contexto do ecoturismo e do turismo de aventura, apontando a natureza como grande propulsora do bem-estar humano, inclusive, justificando a crescente procura por áreas naturais frente ao adoecimento mental causado pela COVID-19, além da importância da presença de infraestrutura voltada a PCDs em Unidades de Conservação para que possam ter contato com o meio natural nestes locais especificamente.

Por fim, o terceiro capítulo aborda sobre os usos das tecnologias diversas em UCs, a partir de Projetos como o “Conecta Parques”, além de iniciativas voltadas ao uso de realidade virtual. Este capítulo visa mostrar como esses e outros recursos podem ajudar na oferta de uma melhor experiência ao turista PCD em parques naturais, além de analisar os sites institucionais das UCs do Estado de Minas Gerais, avaliando se essas instituições trazem em suas páginas da web orientações ao visitante sobre a existência ou não de adaptabilidade nos Parques.

Essa pesquisa justifica-se, para além dos motivos citados acima, pelo fato de Minas Gerais ser o terceiro Estado Brasileiro que mais cresce atualmente no turismo¹, dada a retomada das atividades turísticas frente a crise sanitária do COVID-19. É o que aponta a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em notícia divulgada em fevereiro de 2022, pelo site gov.com.br. O território mineiro teve um crescimento de 31,6%, ficando apenas atrás do estado de Pernambuco (40,9%) e Bahia (47,3%). O portal de notícias Agência Minas, em notícia publicada em agosto de 2021,

¹ Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/viagens-e-turismo/2022/02/indice-de-atividades-turisticas-fecha-2021-com-alta-superior-a-21-no-brasil>

apontou Minas Gerais como o estado que mais crescia no turismo naquele ano, tendo índices superiores as médias nacionais, justificadas por MG ser um destino que concentra grandes atrativos turísticos dentro das tendências de turismo pós-pandemia, para todos os perfis de visitantes. As terras mineiras concentram 62% do patrimônio nacional, é um destino seguro e guarda cachoeiras e parques bem cuidados. E ainda tem como destaque, o afeto do povo mineiro, que eleva o Estado entre os dez destinos mais acolhedores do mundo pela plataforma Booking², conforme é apontado pelo Secretário de Cultura e Turismo de Minas Gerais, Leônidas Oliveira.

Certos de que as terras mineiras abrigam inúmeras e exuberantes cachoeiras e montanhas, assim como outros incontáveis recursos naturais, é necessário que o estado que possui um dos maiores índices positivos quanto ao crescimento da atividade turística, esteja preparado para acolher diferentes perfis de públicos e que um número maior de pessoas possa ter a oportunidade de conhecer suas belezas únicas.

² Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/minas-gerais-e-o-estado-do-brasil-que-mais-cresce-no-turismo>

TURISMO E SUAS PLURALIDADES: UM BEM SOCIAL QUE DEVE ESTAR AO ALCANCE DE TODOS

1.1 Liberdade de ir e vir: Um direito elementar do cidadão

Ir e vir são um dos direitos mais elementares do ser humano. Esse direito é conferido a todo cidadão pela Declaração dos Direitos Humanos da ONU, assinada em 1948 e garantido na Constituição brasileira, sob Carta Magna (artigo 5º, inc. XV da Constituição brasileira), que declara:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens

Mas será que esse direito está de fato ao alcance de toda a população? Um dos maiores desafios da sociedade brasileira é o enfrentamento quanto a questão da igualdade e da exclusão social, principalmente em relação ao público PCD, uma sigla que designa Pessoa com Deficiência. De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania

Estima-se que existam aproximadamente 45 milhões de pessoas com deficiência no Brasil e mobilidade reduzida que representam 23,91% da população do país (IBGE, 2018). Diversas são as barreiras encontradas por essas pessoas em seu dia a dia. Comumente, são impedidas de realizarem atividades simples bem como de usufruir de atividades de lazer e turismo devido às suas limitações físicas e à falta de adaptação do meio.

Sendo assim, é urgente a prática de medidas inclusivas que promovam uma crescente onda de integração do público PCD e que estes possam exercer a sua completa cidadania por meio de uma melhor democratização dos espaços. De acordo com Sasaki (2009, p.01):

Inclusão, como um paradigma de sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a

participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações

A inclusão social tem se consagrado no mundo ocidental, especialmente a partir da década de 1980, como lema impulsionador de importantes movimentos sociais e ações políticas (MAZZOTA & D'ANTINO, 2011, p. 01). A discussão teve seu início em 1948³ com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com isso, a liberdade e a igualdade entre as pessoas começaram a ganhar espaço para debate e reflexão na contemporaneidade. Desde então, as sociedades democráticas vêm divulgando, discutindo e defendendo a inclusão como direito de todos em relação aos diversos espaços sociais para que as pessoas sejam instigadas a abandonarem comportamentos excludentes e discriminatórios.

No Brasil, talvez um dos maiores problemas enfrentados no contexto da inclusão, seja a escassez de recursos voltados à infraestrutura de serviços que assegurem condições de acessibilidade às pessoas com necessidades especiais, em segmentos como educação, trabalho e lazer. Como exemplo disso, Apenas 26% das escolas públicas⁴ são acessíveis a pessoas com deficiência, tendo ainda um grande caminho a se percorrer no que diz respeito à adequação de espaços. É evidente que tais reflexões devem estar na pauta daquelas instituições escolares que vislumbram uma nova organização dos espaços educacionais, com vista à eliminação das barreiras que dificultam ou impedem a participação e a aprendizagem de todos nas escolas.

No mercado de trabalho, ainda que a Lei de Inclusão Social aprovada em 2004 obrigue as empresas com mais de cem funcionários a ocupar de 2% a 5% das vagas com deficientes⁵, essa medida ainda esbarra em algumas dificuldades. Segundo o Presidente do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência Física (CONADE)⁶, Alexandre Carvalho, dentre os maiores obstáculos que os deficientes enfrentam, estão o preconceito por parte dos colegas de trabalho, a necessária adaptação de ambientes de trabalho, como rampas e alargamento de portas e a dificuldade de comunicação com pessoas cegas e surdas.

Além disso, frequentemente PCDs são apontados como incapazes quanto a sua qualificação e capacidade profissional, fazendo com que muitos profissionais com

³ Disponível em: <<https://www.politize.com.br/inclusao-social/>>

⁴ Disponível em: <<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1851/apenas-26-das-escolas-publicas-sao-acessiveis-aos-portadores-de-deficiencia>>

⁵ Disponível em: <https://www.deficienteonline.com.br/mercado-de-trabalho-veja-a-realidade-para-deficientes_news_184.html>

⁶ Idem

deficiências desistam de buscar uma vaga no mercado de trabalho. No que tange a esfera da prática atividades de lazer, pessoas com deficiência incluem⁷ o turismo entre suas prioridades, mas enfrentam barreiras na hora de praticá-lo. Esse foi o quadro traçado por especialistas que discutiram a acessibilidade e o direito humano ao lazer, em audiência da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados em Brasília-DF.

Em sua dissertação, Danielle Peres Gonzaga Moura apresenta que “segundo pesquisas desenvolvidas pelo Ministério do Turismo, as pessoas com deficiência alegam que viajam menos porque, como não encontram produtos adaptados às suas necessidades, preferem evitar constrangimentos e situações que coloquem sua segurança em risco. Ao não viajar, não estimulam os empresários de turismo a adaptarem seus equipamentos e serviços, formando, assim, um ciclo vicioso da não adaptação” (MOURA, 2013, p.14).

A questão da inclusão social das pessoas com deficiência é fator fundamental no desenvolvimento do país, uma vez que devem ser garantidos, além dos direitos constitucionais de ir vir, níveis mais elevados de qualidade de vida por meio do lazer e turismo, pois todos esses são elementos dos direitos humanos e da cidadania (Duarte, Borda, Moura & Spezia 2015, p.03)

Sendo assim, o turismo acessível é apontado como um propulsor da inclusão desse público nos mais diversos espaços turísticos, objetivando que os PCDs ocupem cada vez mais tais lugares e usufruam de todo os resultados positivos para o prazer psicológico, emocional e físico que essa prática proporciona ao ser humano. Partindo disso, é de suma importância que existam medidas que assegurem o direito a tais vivências. De acordo com Duarte, Borda, Moura & Spezia (2015, p.04)

Nesse contexto, faz-se necessário o estudo das ações que impulsionem o desenvolvimento de políticas públicas de turismo integradas junto aos governos de todos os níveis e com a sociedade civil, de forma a garantir os direitos do segmento de pessoas com deficiência e combater todas as formas de discriminação, possibilitando o acesso aos equipamentos turísticos, buscando meios de inclusão desse segmento no processo de desenvolvimento do país. Todavia, somente as leis e normas de nada adiantam enquanto a sociedade não se sentir também responsável pela inclusão dos diferentes, melhoria da qualidade de vida e sentimento de pertencimento à comunidade

⁷ Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/noticias/403095-deficientes-enfrentam-barreiras-nas-atividades-de-lazer-apontam-especialistas/>>

Diante disso, é perceptível que a soma de pequenos esforços em diferentes esferas da sociedade através de suas ofertas de serviços, resultariam em ambientes muito mais igualitários e democratizados, a fim de reduzir estigmas sociais, visando uma perspectiva muito mais naturalizada e desconstruída no que se refere a pessoas com deficiência e suas necessidades.

1.2 Políticas públicas, turismo e acessibilidade

É função do Estado de promover o bem estar da sociedade, para tanto, ele necessita desenvolver uma série de ações e atuar diretamente em diferentes áreas. Para o alcance dos resultados, o Governo faz o uso das Políticas Públicas, que vem como uma ferramenta de intermédio entre problemas e soluções da realidade social. As Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público (SEBRAE, 2008, p. 05)

Assim, tais medidas consistem no estabelecimento de diretrizes que orientam decisões a partir das quais se realizam ações, tanto públicas como privadas, em busca de determinados objetivos. (RUA, 2006, n.p. apud DUARTE et. al., 2015, p. 02)

No que diz respeito aos espaços e equipamentos de turismo, também devem existir políticas que resguardem o público PDC para que possam se sentir estimulados a prática turística de forma não apenas acessível, mas segura. Nesse sentido, entende-se que é necessário existir uma preocupação do governo em direcionar tais diretrizes, cujo processo de planejamento deve ser contínuo, havendo readequações e ações de implementação, pois é imprescindível que os estudos sejam sempre atualizados a fim de pensar em novas maneiras de melhorar a experiência dessas pessoas, afinal, não há problemas em ter algum tipo de necessidade especial, não são os PCDs que devem se adequar ao meio, são os espaços que devem ser projetados para atender a todos e quaisquer perfis de pessoas

O conceito de “Turismo para Todos” ou de “Turismo Acessível” reconhece que qualquer pessoa deve poder usar os equipamentos e serviços turísticos e que é necessário proporcionar uma oferta de serviços e atividades orientada para os gostos e preferências de pessoas que tenham um conjunto de limitações a que podem corresponder necessidades e exigências diferentes de outros segmentos da procura (DEVILE, 2009, p.01)

Assim sendo, é necessário que as iniciativas públicas e privadas, reconheçam o público PDC enquanto indivíduos que também precisam do turismo, e que atendam às suas necessidades de mobilidade, pois de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, sob a Lei Nº 13.146, de 6 de Julho De 2015, disposto no capítulo IX – Do Direito a Cultura, ao Esporte, ao Turismo e ao Lazer – são alguns dos direitos do público PCD:

I - a bens culturais em formato acessível;

II - a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível;

III - a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos.

§ 1o É vedada a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, sob qualquer argumento, inclusive sob a alegação de proteção dos direitos de propriedade intelectual.

§ 2o O poder público deve adotar soluções destinadas à eliminação, à redução ou à superação de barreiras para a promoção do acesso a todo patrimônio cultural, observadas as normas de acessibilidade, ambientais e de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional

Art. 43. O poder público deve promover a participação da pessoa com deficiência em atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas, com vistas ao seu protagonismo, devendo:

I - Incentivar a provisão de instrução, de treinamento e de recursos adequados, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas;

II - assegurar acessibilidade nos locais de eventos e nos serviços prestados por pessoa ou entidade envolvida na organização das atividades de que trata este artigo;

III - assegurar a participação da pessoa com deficiência em jogos e atividades recreativas, esportivas, de lazer, culturais e artísticas, inclusive no sistema escolar, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Ou seja, é necessária a aplicação de ações de incentivo que visem integrar PCDs a esse meio, desmistificando a ideia de que essas atividades, bem como esses espaços, não são para

eles. É importante que pessoas com deficiência tenham lugar de fala e seus direitos assegurados sob estes espaços a fim de naturalizar, aos olhares da sociedade, a participação deles nesse meio.

Art. 44. Nos teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares, serão reservados espaços livres e assentos para a pessoa com deficiência, de acordo com a capacidade de lotação da edificação, observado o disposto em regulamento.

§ 1o Os espaços e assentos a que se refere este artigo devem ser distribuídos pelo recinto em locais diversos, de boa visibilidade, em todos os setores, próximos aos corredores, devidamente sinalizados, evitando-se áreas segregadas de público e obstrução das saídas, em conformidade com as normas de acessibilidade.

Somada a isso, existe ainda outra iniciativa do Governo Federal, instituída no Plano Nacional de Turismo 2018-2022⁸, que visa estimular o desenvolvimento de um turismo acessível a todos. A medida aponta que, estimular o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida ao turismo, é uma premissa estabelecida na Lei do Turismo e no Código de Ética Mundial para o Turismo.

O plano ainda defende, que quando o setor de turismo atua com qualidade, guiado pelos princípios da responsabilidade e sustentabilidade, apoia e desenvolve o acesso universal ao turismo, onde mais pessoas possam viajar e os destinos possam receber mais visitantes, a atividade se torna ainda mais eficaz, uma vez que reconhece que pessoas com deficiência devem ter os mesmos direitos e oportunidades de usufruir de serviços do turismo da mesma maneira de uma pessoa que não possui deficiência.

1.3 Turismo 4.0: a tecnologia a favor a acessibilidade

Outra ferramenta que se faz como caminho para a transformação e pode ser uma grande aliada a essas diretrizes, é fazer o uso das tecnologias diversas para tornar a atividade turística algo mais horizontal a todos. É cada vez mais urgente que os destinos, transportes e equipamentos turísticos se preocupem em adotar o selo inteligente trabalhando para lutar contra a exclusão social.

⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/pnt-2018-2022-pdf>

O conceito de destino turístico inteligente (DTI) surgiu em 2012 na região da Catalunha, comunidade autônoma da Espanha (SEBRAE, 2016, p.02).

Um destino turístico inteligente é resultado de diversos fatores, dentre eles as tecnologias da informação e comunicação (TIC's) que promove um território inovador, de cooperação e cocriação, principalmente por parte do turista. Entendendo este aspecto, a acessibilidade é uma das categorias presentes em um destino turístico inteligente, tanto no âmbito físico quanto virtual (Santos, Neto, Pereira, Gândara & da Silva, 2016, p. 01)

Além do conceito de DTI, existe ainda a designação de *smart city*, que caracteriza qualquer lugar que tenha a tecnologia inserida em seu ambiente, a fim de otimizar e melhorar a sua dinâmica espacial, implicando em um aperfeiçoamento da sua infraestrutura e avanço da mobilidade urbana, o que gera resultados na qualidade de vida de seus moradores e visitantes. O avanço territorial das TICs levou ao uso do termo *smart* (esperto ou, com bastante frequência nas traduções para o português, inteligente) como um novo chavão para descrever todas as coisas incrementadas pela tecnologia (BRANDÃO, JOIA, & TELES, 2016, p.02 apud. Gretzel et al., 2015).

Considerando-se a competitividade do mercado, tanto em níveis regionais quanto globais, a adaptação inteligente dos destinos faz com que estes lugares sobrevivam e consigam acompanhar as frequentes demandas de necessidades dos seus visitantes, promovendo uma melhor conexão entre as pessoas e ao lugar, gerando um sentimento de acolhimento ao meio. De acordo com o estudo *The World Population Prospects: The 2017 Revision*, a população mundial chegará a 8,6 bilhões em 2030⁹, logo, é cada vez mais necessário que as cidades e seus equipamentos sejam pensados para atender esse crescimento e que sejam pensados para todos os perfis de públicos bem como as pessoas com deficiência.

Presumindo que a implementação de ações voltadas para acessibilidade é um fator importante para a infraestrutura turística de uma *smart city*, através da devida estruturação e ações de planejamento, a partir do momento em que as cidades fazem o uso das tecnologias para se tornarem um destino turístico inteligente, além de promover um ambiente mais participativo, inovador e, sobretudo, acessível a comunidade local e aos turistas, por meio de

⁹ Disponível em:< <https://www.vivadecora.com.br/pro/curiosidades/cidades-inteligentes/>>

uma gestão eficiente dos seus recursos e equipamentos, o território também ganha aspectos de valor agregado à sua estrutura, gerando experiências cada vez mais positivas para aqueles que o escolhem

Destinos turísticos inteligentes, possuem três pilares: governança, tecnologia e desenvolvimento sustentável. Os destinos inteligentes têm características específicas, que os diferenciam dos destinos turísticos tradicionais. A abordagem vem sendo trabalhada desde 2012, no entanto, ainda é difícil medir quais deles podem ser considerados, de fato, inteligentes, de acordo com o conceito. (SEBRAE, 2016, p.01)

Deve-se entender que a atividade turística pode ocorrer tanto no espaço urbano quanto no espaço natural adaptado. Para que ocorra tanto em um quanto no outro deve haver condições espaciais essenciais para seu desenvolvimento com qualidade e de forma ordenada. (Oliveira, Franzen, & Varella, 2016, p.06). De acordo com Santos, Neto, Pereira, Gândara & Silva (2016, p.06 apud. Buhalis & Amaranggana, 2014, p. 553-554):

Como as cidades se tornam cada vez mais competitivas e complexas, a tecnologia da informação e comunicação (TIC's) irá coordenar todas as atividades e serviços, levando os cidadãos a estarem conectados, melhor informados e envolvidos. As TIC's irão tornar as cidades mais acessível e agradável para os residentes e visitantes através do serviço interativos que interligarão todas as organizações locais com o objetivo de fornecer serviços em tempo real e dados da central para uma melhor coordenação

A maioria dos estudos voltados para acessibilidade no turismo centra-se na questão das barreiras físicas, na avaliação do nível de acessibilidades e infraestrutura para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (Santos, Neto, Pereira, Gândara & Silva 2016, p. 04 apud. Ferreira, 2013; Omt, 2016). Partindo disso, é frequente que PCDs ainda se deparem com a falta de acessibilidade em hotéis, restaurantes, rodoviárias, aeroportos e nos próprios espaços turísticos, ainda não sendo muito abrangentes os locais adaptados no Brasil. Contudo, tem-se trabalhado cada vez mais a difusão de medidas voltadas para acessibilidade em algumas localidades do país.

Conforme uma pesquisa divulgada pelo SEBRAE (2016, p. 03), o Brasil está no caminho do desenvolvimento de cidades inteligentes e isso pode influenciar diretamente no surgimento de outros destinos. De acordo com ranking do *Connected Smart Cities*¹⁰ as 10 cidades mais inteligentes do país em 2016 foram, respectivamente: São Paulo/SP; Rio de

Janeiro/RJ; Curitiba/PR; Brasília/DF; Belo Horizonte/MG; Vitória/ES; Florianópolis/SC; Barueri/SP; Recife/PE; Campinas/SP.

Conforme citado por Vinicius Lage¹¹, ex-ministro do Turismo, o turismo é capaz de aprimorar, através da inovação, a produtividade, a eficiência e a oferta turística brasileira, sendo necessário reforçar o conceito de cidades inteligentes enquanto destinos turísticos inteligentes.

Além dos exemplos citados acima, existem outros bons exemplos nacionais que investem em um turismo acessível, ganhando a classificação de destino turístico inteligente, diante disso, a cidade de Socorro/SP com pouco mais de 35 mil habitantes, vem se destacando e se tornando referência em promover a acessibilidade. Diversas medidas voltadas para a inclusão foram tomadas, como a adaptação das instalações de hospedagem para pessoas com deficiência visual na companhia de cão-guia¹².

Ainda dentro da lista de destinos acessíveis, destaca-se a cidade de Foz do Iguaçu, que possui um dos maiores índices de pontos turísticos com infraestrutura planejada para PCDs. O Parque Nacional, onde ficam as cataratas, é adaptada para cadeirantes e visitantes com mobilidade reduzida, com o uso de passarelas amplas, rampas, elevadores e bondinho, ^{atraindo} mais de 1 milhão de turistas por ano, além disso, o espaço conta com profissionais devidamente instruídos para atender pessoas com deficiência, uma vez que a acessibilidade no turismo não depende apenas da infraestrutura¹³.

No nordeste, as cidades de Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Fernando de Noronha e Petrolina receberam treinamentos de acessibilidade pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, no intuito de acolher melhor os turistas e, conseqüentemente, os moradores. Somado a essa iniciativa, foi implantado em 2014 pelo Governo de Pernambuco, o Programa Praia sem Barreiras¹⁴, tornando possível aos cadeirantes chegarem ao mar com a devida segurança, através de equipamentos adaptados, que proporcionam não apenas momentos de diversão, mas a sensação de acolhimento ao público. Em fevereiro de 2020, o projeto estava passando por um processo de reestruturação para

¹¹ Idem

¹² Disponível em: <<https://quantocustaviajar.com/blog/como-e-a-acessibilidade-no-turismo-do-brasil-e-ao-redor-do-mundo/>>

¹³ Idem

¹⁴ Idem

melhor acolher os banhistas, através da renovação de equipamentos e um melhor preparo dos monitores ao acolhimento do público¹⁵.

Assim, é possível notar que cada vez que se usa a tecnologia ou cria-se um novo equipamento voltado para a inclusão social, uma barreira cultural é superada, as pessoas passam a ganhar espaço na sociedade e os PCDs, antes estigmatizados, não mais se limitam, pois se constata que a limitação não está neles e sim na capacidade da humanidade em lhes proporcionar oportunidades.

1.4 Contexto da sociedade brasileira: o público PCD e os enfrentamentos diários enquanto turista

O Brasil, que é o 5º maior país do mundo em extensão territorial, detendo de uma área de 8.514.876 km² de extensão, conforme publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 41 de 03/03/2021¹⁶, ainda tem um longo caminho a percorrer ao promover a difusão de soluções voltadas para acessibilidade no setor turístico. As barreiras mais comuns encontradas por PCDs nos logradouros de lazer são de natureza atitudinal, comunicacional e arquitetônica. (Faria, Souto, & Rocha, 2011, p. 07).

Dessa forma, é possível compreender que são diversas as lacunas que resultam nos enfrentamentos sofridos pelo público PCD enquanto turista, mais do que o planejamento adequado dos espaços, é necessária uma compreensão humana, ou seja, enquanto prestadores de serviços, possuir a capacidade de compreensão e atenção às necessidades reais das pessoas com deficiência, pensando sob dimensões comunicacionais.

Conforme defendido por Sasaki (2009, p.03), é necessária a adequação das sinalizações de locais (em atenção aos cegos e pessoas com baixa visão) e contratação de intérpretes da língua de sinais junto aos trabalhadores em serviços e locais de lazer. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi estabelecida, na Lei nº 10.436/2002 (BRASIL, 2012a), como língua oficial das pessoas surdas. De acordo com o próprio termo, a Libras é utilizada somente no Brasil, assim como a Língua Portuguesa:

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão

¹⁵ Disponível em: <https://jaboatao.pe.gov.br/prefeitura-do-jaboatao-reestrutura-programa-praia-sem-barreiras-em-candeias/>

¹⁶ Disponível em: < <https://www.todamateria.com.br/territorio-brasileiro/>>

de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.. (Schlünzen, Benedetto & Santos, [s.d])

Não obstante, os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência tem início antes mesmo que possam se comunicar, ou adquirir os serviços de turismo e/ou lazer, quando se nota a ausência de acessibilidade nos meios de transporte. Faltam ônibus adaptados e as barreiras de acessibilidade surgem inclusive em viagens aéreas (Faria, Souto & Rocha, 2011, p.07 apud. Burnett & Baker, 2001). Em outros termos, pessoas com deficiência frequentemente acabam se privando de momentos viagem e desfrutar de opções de passatempo/descanso em função de um despreparo generalizado nas várias ramificações que englobam o turismo.

Em um estudo sobre serviços de lazer para pessoas com lesões medulares, concluiu-se que tais indivíduos têm muita necessidade de lazer, mas em virtude da falta de opções, acabam se contentando com alternativas simples, quando de fato estavam em busca de algo diferente. (Faria, Souto & Rocha, 2011, p.07 apud. Raposo e López 2002). Isto significa que PCDs são consumidores em potencial para os serviços de turismo, no entanto, ainda não são atendidos pelas empresas do setor resultando em uma constante falta de visibilidade à essas pessoas. É necessária uma frequente adequação nos aparelhos, equipamentos, ferramentas e outros dispositivos que fazem parte dos locais de lazer. Tradicionalmente, os agentes do lazer ignoram as limitações físicas, sensoriais e mentais de algumas das pessoas com deficiência. (Sasaki, 2009, p.05)

Organizações que possuem um olhar atento e sensível a essas questões, tendem a se destacar e possuir um diferencial, não apenas sob um viés mercadológico de enxergar esse nicho de enquanto consumidores, mas também nos aspectos que compreendem ações de empatia e acolhimento que estão inseridos na “cultura da empresa”, projetando espaços e acionando prestadores de serviço de reproduzam comportamentos de presteza, cortesia e dignidade ao cliente PCD. Por uma questão de representatividade, seria interessante que entre esse grupo de atendentes, houvesse também uma pessoa com deficiência, gerando um sentimento de igualdade e reconhecimento aos clientes com deficiência. (Faria, Souto, & Rocha, 2011, p.09)

Sabe-se que, existem iniciativas diversas, tais como cartilhas e manuais, que orientam os empreendedores e gestores de espaços turísticos a se inteirarem quanto às medidas obrigatórias de adaptações de edificações e equipamentos de interesse turístico, que precisam

ser respeitadas para uma melhor experiência do cliente, no entanto, essas medidas ainda não são suficientes para garantir aos PCDs que tenham acesso livre as alternativas de lazer no Brasil. Dessa forma, Faria, Souto & Rocha (2011, p.08 apud. Baker, Stephens & Hill , 2002) afirmam que

A verdadeira inclusão das pessoas com deficiências na sociedade como consumidores só ocorrerá quando for dada voz a tais indivíduos para que eles digam que adaptações precisam ser feitas e de que forma isso deve acontecer. Os benefícios dessa reorientação estratégica das organizações para o atendimento a PcD podem ser positivamente surpreendentes. Ao pesquisar turismo para PcD mental, Daniels, Rodgers e Wiggins (2005) concluíram que as agências de turismo que se preocupam com acessibilidade em suas viagens podem melhorar o serviço para todos os viajantes

À vista disso, quanto mais diversificada e diferenciada for a oferta desses serviços, maior é a importância da mensagem que se quer passar no que diz respeito a acessibilidade e inclusão social, não apenas a fim de incluir pessoas com deficiência mas quaisquer outros perfis, enfatizando e incentivando que essas iniciativas se espalhem cada vez mais, com o objetivo de conscientizar a própria sociedade, de modo geral, que apoiar e defender essa causa é dever de todos, desde o que compete a prestação de um serviço ou no campo do trabalho, assim como no lazer, educação e em situações/ações informais do dia a dia.

É fundamental propagar o entendimento de que, possuir uma deficiência física é apenas mais uma forma de identidade, das várias que existem pelo mundo. Uma vez que o mundo é diverso, com culturas, linguagens e traços identitários diferentes, deve-se respeitar todas as condições de diversidade que existem. Segundo Silva (2013, p.06 apud. LAVALLE, 2003):

É importante considerarmos o foco na diferença e não na deficiência em si, tendo em vista a busca pela identificação de um sujeito e não da inclusão na sociedade de uma classe de anormais. A identidade que o sujeito incorpora lhe confere condição de igual aos demais componentes de determinada comunidade – de igual identidade, obviamente –, assim, pode –se atribuir a este o status cidadão, o direito a cidadania, e esta é como que um garantidor de seus direitos universais ante a comunidade.

Isto significa que, todo ser humano, independente de crenças, cultura ou aspectos físicos, possui o direito de ocupar quaisquer tipos de ambientes e devem desfrutar de cada espaço e suas oportunidades, sejam em áreas urbanas, no campo ou em meio natural.

2. Acessibilidade no Ecoturismo e Turismo de aventura

2.1 Meio ambiente: a natureza como propulsor do bem-estar humano

Sabe-se que a relação do homem com a natureza data-se de milhões de anos atrás, uma vez que a humanidade sempre manteve uma relação íntima com o meio ambiente, apresentando-se como parte dependente de tudo que a natureza pode propiciar à sua adaptação e continuidade da espécie. Para Naves & Bernardes (2014, p. 12, apud. Montibeller-Filho 2008), esses passos trilhados pelo homem primevo resultaram na primeira forma de conceber a natureza caracterizada de forma inclusiva, pela qual parece haver uma relação umbilical entre homem e natureza.

Conforme apresentado por Dulley (2014, p. 01, apud. LENOBLE, 1969) no que tange o significado do termo natureza, ao mesmo tempo em que se aplica ao conjunto das coisas, designa também, um princípio considerado produtor do desenvolvimento de um ser e que realiza nela um certo tipo de ação

Em uma perspectiva evolutiva, uma interação profunda com o mundo natural não seria nenhuma surpresa, visto que grupos humanos que conseguissem utilizar mais plantas, conhecer e seguir animais e reconhecer refúgios seguramente usufruíram de vantagens adaptativas (Costa, 2015, p.04 apud. FRUMKIN, 2001)

Para Costa (2015, p.04, apud. STEVENS, 2010; KENIGER et al., 2012) o meio ambiente não é uma mera cena através da qual nós nos movemos, e sim o espaço dinâmico e complexo do qual somos parte integrante, e dependemos para subsistência, produção e sobrevivência.

Outros indicadores que estão diretamente ligados à continuidade da vida humana, são aqueles que contribuem diretamente para a sua qualidade física e mental. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), ter saúde é um “estado completo de bem-estar físico, mental e social” não apenas o estado de ausência de doenças¹⁷. Dessa forma, o meio natural exerce um papel fundamental nesse ideal, uma vez que fornece desde elementos básicos para a vida (água energia, alimento, ar puro) assim como oportunidades para práticas de lazer, fonte de inspiração e benefícios psicológicos e espirituais.

¹⁷ Disponível em: <<https://saudebrasil.saude.gov.br/eu-quer-me-exercitar-mais/o-que-significa-ter-saude>>

Diversas tentativas vêm sendo feitas a fim de se construir um conceito mais dinâmico, que dê conta de tratar a saúde não como imagem complementar da doença e sim como construção permanente de cada indivíduo e da coletividade, que se expressa na luta pela ampliação do uso das potencialidades de cada pessoa e da sociedade, refletindo sua capacidade de defender a vida. (MEC, p.65, s.d)

Para Costa (2015, p.05 apud. ROOK, 2013) a maioria dos pesquisadores parte do pressuposto que os ambientes naturais tiveram intenso impacto na evolução da vida dos seres humanos e, por conta disso, possuímos uma necessidade evolutivamente predeterminada de exposição a esses ambientes. Isso torna ainda mais evidente que Interações com a natureza oferecem benefícios a diferentes níveis, sendo eles psíquicos, cognitivos, fisiológicos, sociais, dentre outros. Ou seja, é uma legítima fonte de saúde e bem-estar.

Frequentemente, inúmeras pesquisas são desenvolvidas e publicadas com o objetivo de comprovar a eficácia do contato com áreas verdes em seus diferentes níveis para o corpo humano; estar imerso nesses ambientes, além de ajudar a prevenir doenças, pode ter efeitos terapêuticos. Conforme estudos desenvolvidos e publicados em 2010, no periódico *Environmental Health and Preventive* por cientistas do Japão, da Universidade de Chiba e na Escola Médica Nippon, em Tóquio, a prática intitulada de *shinrin-yoku*¹⁸, que significa “banho de floresta”, além de ser capaz de ajudar na diminuição da pressão arterial e cardíaca, também alivia o estresse. Outra descoberta é que o banho de floresta aumentaria a atividade das células NK (*natural killers* ou exterminadoras naturais). Elas defendem o organismo de células tumorais e infecções. Ou seja, os estudos indicam que a prática também fortaleceria o sistema imunológico.

Uma pesquisa¹⁹ realizada em conjunto pela Universidade de Harvard e o *Brigham and Women's Hospital*, descobriu após entrevistarem mais de 108 mil mulheres, concluindo que a taxa de mortalidade daquelas que viviam em áreas mais verdes era 12% mais baixa do que aquelas vivendo em centros urbanos menos arborizados. Ainda de acordo com esse mesmo estudo, os dados específicos para cada doença mostram ainda mais esses benefícios: os riscos eram 41% menores para morte relacionada a doenças renais; 34%, em casos de doenças respiratórias; e 13%, em casos de câncer²⁰.

¹⁸ Disponível em: <<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2017/01/25/pratica-no-japao-banho-de-floresta-promete-reduzir-o-estresse.htm>>

¹⁹ Disponível em: <<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2018/09/15/beneficios-do-contato-com-a-natureza-veja-como-inclui-los-no-dia-a-dia.htm>>

²⁰ Idem

Ainda que o indivíduo não esteja totalmente imerso ou tenha residência fixa em um espaço natural/rural, quaisquer elementos que remetam a natureza e que estejam ao seu alcance, podendo ser uma rua arborizada ou o simples cultivo de plantas em suas casas, já promovem estímulos positivos e sensações de relaxamento em larga escala para a sua saúde

Uma pesquisa realizada por Rachel Kaplan (2001) em um condomínio testou a hipótese de que vistas naturais nas janelas dos apartamentos proveriam oportunidades micro restaurativas para os seus moradores. A pesquisa foi realizada com 188 moradores, e usando um questionário, ela coletou informações sobre diversos aspectos do bem-estar dos moradores e sobre as vistas dos apartamentos. Ela concluiu que a presença de elementos e cenários naturais nas vistas das janelas contribui substancialmente para aspectos do bem-estar e para a satisfação dos moradores. (Costa, 2015, p.14)

A partir de todas essas informações, é possível observar que estar em contato com a biodiversidade em toda a sua complexidade, possui propriedades curativas e contribui para uma maior expectativa de vida. Os acessos a esse meio e a prática do turismo ecológico devem estar ao alcance de todas as pessoas que queiram usufruir dos benefícios dessa atividade, com a devida infraestrutura e soluções tecnológicas, sempre de forma respeitosa com a natureza, a fim de propiciar uma experiência cada vez mais inclusiva ao maior grupo de pessoas que for possível.

2.2 A crescente procura por áreas naturais frente ao adoecimento mental causado pela COVID-19

Cotidianamente, em tempos mais brandos, as pessoas já buscavam espaços naturais como válvula de escape para sintomas de estresse, melhora na saúde e momentos de lazer. Atualmente, essa necessidade aumentou de forma significativa. No ano de 2020 o mundo foi surpreendido e assolado pela pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, também conhecido como COVID-19. Para a OMS, pandemia²¹ é a disseminação mundial de uma nova doença e o termo passa a ser usado quando uma epidemia, surto que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa.

O primeiro caso de COVID-19 registrado, ocorreu em Dezembro de 2019, em Wuhan, capital e maior cidade da província de Hubei na China, tornando-se o epicentro da doença; desde então, o vírus veio a se espalhar rapidamente por todo o mundo, chegando até o Brasil.

²¹ Disponível em: <<https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia>>

O primeiro caso confirmado em terras brasileiras ocorreu em 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo. Atualmente em 2021, de acordo com a última atualização publicada pelo Ministério da Saúde²², em 06/07/2021 às 18h10, horário de Brasília, o Brasil possui 18.855.015 contágios confirmados do SARS-CoV-2 e 526.892 pessoas que infelizmente vieram a óbito. Essa estatística está inserida aos 184.710.938 casos confirmados em todo o mundo e 3.995.565 óbitos até a presente data, 07/07/2021 conforme apontado pelo aplicativo *Google Notícias* (2021).

No decorrer de todo esse tempo, algumas medidas objetivando a contenção do vírus foram adotadas por chefes estaduais e municipais, havendo a necessidade das cidades serem submetidas ao *lockdown*, ou seja, uma medida de distanciamento social rigorosa (confinamento domiciliar), impondo novas regras e hábitos sociais. Partindo disso, muitas pessoas enfrentaram e seguem enfrentando um adoecimento mental em massa

Em situações como a pandemia causada pela COVID-19 que estamos atravessando, o enfoque das pesquisas, serviços de saúde, gestores e mídia costuma ser direcionado aos aspectos biológicos da doença, dando pouca atenção ou subestimando os psicossociais. Entretanto, há consenso de que a pandemia pela COVID-19 afeta não apenas a saúde física, mas também a saúde mental e o bem-estar das pessoas. Durante as epidemias, portanto, a morbimortalidade secundária ao comprometimento na saúde mental tende a superar a relacionada diretamente à infecção. (Nabuco; Oliveira; Afonso, p.2-3, 2020)

Diante dessas privações, tais como, estar perto de pessoas queridas, trabalhar, fazer viagens e etc... isso tem causado reflexo na valorização de espaços naturais e abertos. Por isso, muitas pessoas vêm buscando, de forma substancialmente alta, por áreas verdes de modo a estabelecer um relacionamento com a natureza e praticar atividades recreativas, como esportes e turismo (mesmo frente as restrições)

O turismo de natureza e de observação de espécies contribuem significativamente para a atividade econômica em todo o mundo. Antes da pandemia, os pesquisadores estimaram que as áreas protegidas do mundo recebiam cerca de oito bilhões de visitas por ano, gerando aproximadamente US\$ 600 bilhões por ano em despesas diretas no país e US\$ 250 bilhões por ano em excedentes do consumidor Hockings et al. (2020, p.6-7, apud. Balmford et al., 2015).

Ainda que o setor esteja no topo da lista como um dos mais afetados pelo avanço do coronavírus²³, conforme uma pesquisa de impacto realizada pelo Sebrae, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas - FGV, a boa notícia é que a busca pelos destinos com oferta de

²² Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>

²³ Disponível em: <<https://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/turismo-em-areas-naturais-sao-tendencia-durante-pandemia,441ce919ef825710VgnVCM1000004c00210aRCRD>>

turismo em área natural, sustentável, regional e de curta distância, segundo dados do Google, é a opção mais buscada inicialmente pelos turistas, sinalizando que a retomada do turismo ocorrerá por destinos com essas características por transmitir maior segurança²⁴. A possibilidade de se manter um distanciamento eficaz entre as pessoas faz com que esse tipo de ambiente seja perfeito para esse momento.

Isso ocorre devido à possibilidade de se trabalhar com grupos pequenos, em ambientes que têm pouco fluxo de pessoas, além de contato direto com a natureza e o ambiente rural, evitando ambientes fechados. Ainda assim, é necessário seguir com os protocolos de segurança e higiene que estejam sendo pré-estabelecidos. Uma notícia vinculada pelo Jornal Folha de São Paulo, diz que a busca por natureza na pandemia coloca o cicloturismo em alta. O segmento vem crescendo no país há pelo menos cinco anos, mas a pandemia ampliou esse ritmo, diz Luiz Del Vigna, diretor-executivo da Abeta (Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura)²⁵.

Devido aos impactos causados pela pandemia do novo coronavírus, várias unidades de conservação vêm noticiando constantemente uma oscilação no seu cronograma de funcionamento para a abertura ao público. Em alguns momentos é permitida a visitação, em outros, os parques necessitam serem fechados. Uma situação que traz transtornos socioeconômicos imensos, uma vez que o país é dotado de grande potencial para o ecoturismo e o turismo de aventura. O Brasil possui mais de 2.400 unidades de conservação nos âmbitos federal, estadual e municipal, de acordo com Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Em 2019 o país registrou recorde de visitação em UCs federais, ultrapassando a marca de 15 milhões de visitantes nas 137 unidades monitoradas pelo órgão, representando um aumento de 20,4% em relação a 2018²⁶.

De acordo com o portal de notícias Turismo Spot, o Índice de Competitividade Turística, documento elaborado pelo Fórum Econômico Mundial, o Brasil lidera o ranking de países com recursos naturais de beleza cênica, perdendo apenas para o México²⁷. Dado esse grande potencial de atratividade que o país dispõe, é de suma importância que esses espaços

²⁴ Idem

²⁵ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/turismo/2021/02/busca-por-natureza-na-pandemia-poe-rotas-de-cicloturismo-em-alta.shtml>>

²⁶ Disponível em: <<http://turismospot.com.br/o-potencial-de-crescimento-da-visitacao-a-areas-naturais-no-brasil/>>

²⁷ Disponível em: <<http://turismospot.com.br/o-potencial-de-crescimento-da-visitacao-a-areas-naturais-no-brasil/>>

sejam democratizados e projetados objetivando a acessibilidade promovendo o acolhimento de diferenciados perfis de visitantes, incluindo PCDs e pessoas com mobilidade reduzida, uma vez que está cada vez mais evidente que uma das principais tendências para a retomada das atividades turísticas no pós-pandemia é a busca por destinos em meio à natureza.

O Brasil como um dos destinos promissores nesse segmento, tem atraído cada vez mais visitantes aos seus cenários naturais. O Parque Nacional do Iguaçu (PR), por exemplo, registrou, em junho de 2021, um aumento de 83% no número de visitantes em comparação a março de 2021. É o quarto mês consecutivo que o local apresenta alta no fluxo de visitação. Em março foram 15.143 visitas, em abril, 24.632, em maio, e 27.739, em junho, conforme foi informado pelo Ministério do Turismo²⁸. Vanessa Castro, da Assessoria de Comunicação do Mtur, diz que: *“No primeiro semestre de 2021, o Parque Nacional, que abriga um dos atrativos naturais mais incríveis do planeta, as Cataratas do Iguaçu, recebeu 208.360 viajantes, de 91 nacionalidades. Apesar de os brasileiros, principalmente das regiões Sudeste e Sul, liderarem o ranking, os registros mostram que pouco a pouco os turistas estrangeiros também estão voltando a movimentar o turismo nacional. Paraguai, Estados Unidos, França, Alemanha, Rússia, Colômbia, Argentina, Espanha, México e Chile estão entre os 10 países que marcaram presença no parque nos últimos meses”*²⁹.

Partindo disso e tendo em vista que o Turismo possui um universo tão plural, é indispensável que todos mereçam exercer a sua independência e autonomia, com liberdade na realização das próprias escolhas. A Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência, proclamada em 09 de dezembro de 1975, em seu artigo 3º, dispõe:

As pessoas deficientes têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. As pessoas deficientes qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar uma vida decente, tão normal e plena quanto possível

Para Oliveira et al. (2013, p.1,) “uma forma de amenizar essa lacuna, é a inclusão dessas pessoas em ambientes naturais, possibilitando dessa maneira o desenvolvimento de novas experiências que contribuam para a melhoria da qualidade de vida, uma melhor socialização”.

²⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/fluxo-de-turistas-no-parque-nacional-do-iguacu-cresce-83-entre-marco-e-junho>

²⁹ Idem

Somado aos benefícios para a saúde física e mental, a contribuição ainda seria cultural, social e econômica, resultando em uma maior democratização desses espaços além de abranger um nicho de consumidores que é bastante inexplorado. Para que ocorra uma maior consolidação dos direitos políticos, é necessário que haja envolvimento de toda a sociedade, esferas públicas e privadas que ofertam serviços nesse segmento

As empresas de ecoturismo e turismo de aventura têm a oportunidade de atingir um público em crescimento no mercado, com um diferencial de inserir a acessibilidade nas atividades, e contribuir para inclusão destas pessoas no turismo, com segurança e qualidade nos serviços prestados. As empresas precisam adaptar o que ofertam para torná-las acessíveis ou até mesmo elaborar seus produtos e desenvolver seus serviços com um padrão que possa ser usufruído por qualquer tipo de público, seja com deficiência, mobilidade reduzida, temporária ou permanente. (Silva; Teles, p.272, 2014)

2.3 Parques naturais: a importância de infraestrutura voltada à PCDs e pessoas com mobilidade reduzida em áreas verdes

Como visto nos estudos apresentados acima, o contato com a natureza proporciona inúmeros benefícios ao corpo humano. Logo, se esse espaço estiver preparado para receber o público PDC e pessoas com mobilidade reduzida, que apreciam estar em meio a parques naturais e a práticas de Ecoturismo e Turismo de Aventura, certamente, a contribuição para o aumento da qualidade de vida desse público seria de grande significado

A inclusão de pessoas com deficiência em áreas naturais por meio de atividades físicas ou simplesmente pelo contato com a natureza, permite que elas reflitam sobre o meio que estão inseridas e se sociabilizem, desenvolvendo valores, hábitos e atitudes com vista à conservação da natureza e uma nova forma de integração a sociedade (Oliveira, Souza, Cortine, Miranda, & Gomes, 2013)

Assim, para que esses espaços estejam devidamente adequados para receber diferentes públicos, algumas medidas são obrigatórias ao seu funcionamento e regulamentação, sendo necessário que exista um plano de manejo atrelado a um plano de uso público nos parques para que esses objetivos possam ser efetivamente alcançados. De acordo com o ICMBIO (2013, p.1)

A Lei Federal 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, define, em seu artigo 2º, inciso XVII, que o Plano de Manejo é um “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

O SNUC prevê que todas as unidades de conservação devem possuir um Plano de Manejo e deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação, cuja obrigatoriedade de elaboração do Plano decorre de sua importância para a implementação na UC. É de responsabilidade do órgão gestor a sua criação, e havendo a presença de população residente nas suas imediações, estes também devem ser ouvidos e convidados a participar ativamente, conforme previsto no artigo 27 da Lei nº 9.985 de 18 de Julho de 2000³⁰. A Lei do SNUC veio para ser a principal medida de gestão da unidade de conservação, atribuindo ao órgão ambiental gestor o manejo dos recursos naturais da unidade e as normas de uso da área, somada a ações voltadas ao seu zoneamento. Ou seja, para o seu desenvolvimento sustentável. Somada a isso, é necessária a implantação das estruturas físicas necessárias ao seu funcionamento, conforme o artigo 2º, inciso XVII da Lei do SNUC³¹.

Para que a atuação seja ainda mais estratégica e eficiente no que diz respeito ao preparo desses espaços, para que o público possa vir a frequentá-lo, é necessária a criação de um plano de uso público, que são ações voltadas ao incentivo de sua visitação, assim como medidas voltadas a melhoria da infraestrutura no que diz respeito às necessidades dos visitantes ao usufruírem do local, como por exemplo, a inserção da acessibilidade a fim de diminuir possíveis barreiras físicas juntamente com protocolos de segurança

O Plano de Uso Público (PUP) – documento técnico não-normativo e essencialmente programático que contempla as estratégias, diretrizes e prioridades de gestão, com o objetivo de estimular o uso público, orientar o manejo, aprimorar as experiências e diversificar as oportunidades de visitação na unidade de conservação. O PUP pode ser complementado por projetos e protocolos relacionados ao uso público, tais como: projeto interpretativo, protocolo de gestão de segurança, projeto de manejo de trilhas, modelagens para suporte à delegação de serviços de apoio à visitação, entre outros que, após aprovados, são automaticamente incorporados ao portfólio do PUP. (ICMBIO, 2019, p.8)

Todas as unidades de conservação são aptas a desenvolver oportunidades de uso público, de acordo com sua categoria, vocação (natural, histórica e cultural) e zonas de manejo (ICMBIO, 2019, p.10). Para isso, algumas ações precisam ser tomadas durante esse processo de planejamento. Os incisos IV, VI e VII, dizem, respectivamente, no que tange a visitação do público, que é necessário:

³⁰ Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11174704/artigo-27-da-lei-n-9985-de-18-de-julho-de-2000/legislacao>

³¹ Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11180405/inciso-xvii-do-artigo-2-da-lei-n-9985-de-18-de-julho-de-2000>

IV. Considerar outros instrumentos de ordenamento da visitação e delegação de serviços existentes ou necessários para complementar o PUP;

VI. Promover a diversificação de oportunidades e experiências de visitação na UC, atendendo às demandas de diferentes públicos e maximizando os impactos positivos do turismo, sobretudo o estímulo à geração de negócios e o desenvolvimento econômico;

VII. Identificar as lacunas de conhecimento e planejamento, sempre que necessário, para habilitar a visitação na UC;

É de grande importância que os Órgãos ambientais públicos estejam cada vez mais enquadrados e atentos a esses protocolos, uma vez que, o desenvolvimento de um planejamento adequado permite que as visitas nas UCs sejam estimuladas e consequentemente elevadas, pois irão abranger diferentes perfis de pessoas. A diversificação das oportunidades do plano de uso público contribui para que seus objetivos de criação sejam alcançados e colocados em prática.

Esse tipo de planejamento deve ser trabalhado em conjunto com os demais órgãos que exercem responsabilidade em propiciar melhorias nos parques naturais em infraestrutura e condições de visitação. A exemplo disso, em fevereiro de 2021, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) lançou o programa Parque+, uma iniciativa que une a conservação ambiental à geração de emprego e renda nas Unidades de Conservação (UCs) do país. O objetivo desse programa é propor um conjunto de medidas para incrementar a prática do ecoturismo e consolidar as UCs como espaços de lazer e também de desenvolvimento socioeconômico sustentável³². O Parque+ possui como um de seus eixos principais o “Projeto Acessibilidade”, voltado ao desenvolvimento e à instalação de estruturas acessíveis necessárias à promoção do ecoturismo inclusivo, atendendo especificamente a pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida. O objetivo é promover a cidadania, facilitando o acesso às atrações naturais, e, dessa forma, ampliar o número de visitantes com mobilidade reduzida nas UCs³³.

Conforme foi noticiado pelo veículo notícias Governo do Brasil, a maior parte das entregas do Parque+ ocorreu no âmbito do Projeto Acessibilidade³⁴. Foram ofertadas cadeiras

³² Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/meio-ambiente-e-clima/2021/03/programa-levara-acessibilidade-e-internet-gratuita-a-unidades-de-conservacao>>

³³ Idem

³⁴ Idem

de rodas adaptadas, batizadas de “Juliettis”, para os seguintes parques nacionais: Chapada dos Guimarães, do Iguaçu, dos Campos Gerais, da Serra dos Órgãos, de Itatiaia e de Brasília. As cadeiras de rodas adaptadas são compostas por uma única roda, que facilita o acesso desses turistas a ambientes de difícil acesso e proporcionam aos portadores de deficiência uma experiência única para aproveitar a natureza. O equipamento, que é conduzido por dois puxadores, possui um banco com cinto de segurança, garantindo comodidade ao visitante. São algumas especificidades:

- são especiais e adaptadas para terrenos acidentados e trilhas;
- possuem capacidade para um indivíduo de até 90 kg;
- contam com cinto de segurança afivelado, apoio para cabeça e freio estacionário para garantir mais segurança aos usuários;
- são confeccionadas em aço-carbono, com pintura eletrostática e sistema de amortecimento do quadro;
- são destinadas para o transporte de pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida pelas trilhas dos parques;
- também poderão ser utilizadas para resgate em caso de acidentes nos locais de difícil acesso;
- serão distribuídas por mais de 20 parques nacionais.

Figura 1 – Cadeira de rodas “Juliettis”



Fonte: Uol, 2022.



Fonte: ICMBio, 2017.

As cadeiras são frutos de uma iniciativa proposta pela ONG “Montanha Para Todos”, que está presente em cerca de 30 destinos de 14 estados do país. Guilherme Cordeiro, um dos organizadores do projeto, destaca que a ideia surgiu após uma doença que acabou afetando a

mobilidade de sua esposa. A partir daí, ele passou a observar a necessidade que outras pessoas tinham em conhecer lugares de difícil acesso³⁵. Ou seja, essas medidas de adaptação, quando são efetivamente consideradas, ganham força e acabam se tornando realidade na vida de muitas pessoas que não imaginavam que um dia poderiam vir a ter acesso a essas atividades e momentos de lazer. Por isso, é importante que esse tipo de projeto seja difundido por todas as UC's espalhadas pelo Brasil

Para Andrade (2005), um dos principais objetivos das trilhas de uso público em áreas naturais consiste em oportunizar acesso à recreação de forma mais equilibrada com o ambiente, de maneira segura e confortável. Assim, levando-se em conta que as zonas de uso público de parques recebem diferentes visitantes, estas devem estar aptas a recebê-los (COSTA, 2002). (Feuser & Sampaio, 2019, p.8)

Desse modo, para que as pessoas com deficiência estabeleçam uma maior relação e conectividade com áreas de ambientes naturais, é imprescindível que existam iniciativas que considerem essas adaptações com seriedade e preocupação, como é o caso do Parque Estadual do Jaraguá. De acordo com (Oliveira, Souza, Cortine, Miranda, & Gomes, 2013)

A preocupação e a necessidade em atender a demanda, fez com que algumas Unidades de Conservação (UCs) adequassem parte de suas estruturas para receber as pessoas com deficiência, como é o caso do Parque Estadual do Jaraguá, situado no município de São Paulo que contém uma trilha adaptada, chamada Trilha do Silêncio com um percurso de 400 metros para cadeirantes, deficientes visuais, pessoas com pouca mobilidade, etc. O caminho é constituído por placas em textos em braile com informações sobre as árvores e animais.

Partindo disso, é visível que os investimentos em acessibilidade promovem diferentes ganhos, fomenta a inclusão social e gera um sentimento de pertencimento na população, uma vez que aproximar a sociedade dos bens naturais que o Brasil possui, possibilita que todos usufruam de seus benefícios e reconheçam o patrimônio natural que os rodeia. Conforme Neves, Souza & Carvalho (2020, p.338 apud. KUNDLATSCH; MOREIRA, 2015)

A prática do turismo em áreas naturais possibilita atividades de educação ambiental. O próprio SNUC estabelece que as áreas públicas ou privadas podem desenvolver-se turisticamente, possibilitando, desta forma, um contato direto com a natureza através do turismo ecológico.

³⁵ Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/brasil-ganha-mais-um-parque-acessivel-para-turistas-cadeirantes>>

Desse modo, o ICMBio vem investindo em acessibilidade nos parques naturais, ofertando trilhas, rampas, veículos e outras estruturas adaptadas para pessoas com algum tipo de deficiência. O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, pertencente a cidade de Alto Paraíso de Goiás (GO), possui uma trilha suspensa com acessibilidade. Por meio dela, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida podem chegar até as corredeiras, um dos atrativos do parque, aproveitando, inclusive, para tomar banho no local³⁶, assim como o Parque Nacional da Tijuca, localizado no Rio de Janeiro (RJ), que possui uma trilha adaptada para pessoas com deficiências físicas, projeto idealizado em parceria com o Instituto Terra Brasil. A expectativa é implantar novos percursos acessíveis e promover atividades voltadas para pessoas com outros tipos de deficiência³⁷.

O Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha³⁸, situado em um arquipélago no estado do Pernambuco, conta com trilhas acessíveis para os principais pontos de visitação e oferecem cadeiras especiais para a entrada do turista na água. Há ainda, monitores treinados especialmente para atender as necessidades do público PCD, considerando que para se ter uma experiência positiva ao viajar, além da infraestrutura, inclui-se também um bom atendimento e preparo.

Ainda que esses avanços sejam significativos, deve-se considerar que existem diferentes tipos de necessidades tratando-se de deficiências físicas, ou seja, a deficiência física compreende não apenas condições motoras de mobilidade, mas também questões relacionadas à fala, visão, deficiência auditiva e cognitiva. Por essas razões, investimentos apenas em infraestrutura física não são suficientes para atender a essa diversidade de públicos, sendo altamente necessário que os usos de diferentes tecnologias sejam mais explorados e inseridos ao ambiente para torna-lo mais adequado e acessível ao receber um visitante, independente de sua condição física

A Segittur (Sociedad Estatal para la Gestión de la Innovación y las Tecnologías Turísticas, S.A., Espanha) refere que um destino turístico inteligente é um destino acessível a todos e que facilita a interação e integração do visitante com o espaço envolvente, aumentando a qualidade da sua experiência no destino. Implica: um espaço turístico inovador; tecnologia de vanguarda; desenvolvimento sustentável; gestão eficiente dos recursos; competitividade do setor do turismo; qualidade da experiência turística; interação, integração e acessibilidade (Liberato, González, & Liberato, [s.d])

³⁶ Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/8248-icmbio-investe-em-acessibilidade-nos-parques>

³⁷ Idem

³⁸ Idem

Baseando-se nisso, uma alternativa promissora e que pode exercer um papel fundamental no desenvolvimento dos espaços naturais turísticos, seria a difusão do uso da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), uma vez que nota-se uma escalada tecnológica no setor, onde parte significativa dos viajantes mundiais recorrem à internet com maior frequência, afinal, a web 2.0 revolucionou indústria turística muito mais do que qualquer outro setor nas últimas décadas, conforme é apontado por Neves, Souza & Carvalho (2020, p.338 apud. KUNDLATSCH; MOREIRA, 2015)

3. Tecnologias e acessibilidade em Unidades de Conservação (UC's)

3.1 O uso da tecnologia como fator de incremento a acessibilidade em áreas naturais

O ser humano vive em uma era cujo avanço dos diferentes tipos de tecnologias desponta como um ganho que possibilita a aproximação entre pessoas e diferentes tipos de lugares, reduzindo as barreiras físicas e suas distâncias. Atualmente, é possível conhecer alguma cidade, suas vias, ou atrações turísticas, sejam elas urbanas ou em áreas naturais, por meio de *tours* virtuais. Na plataforma *Google Maps*, através da opção *Street View*, é possível aterrissar em diferentes locais e apreciar sua infraestrutura e o que ele tem a oferecer, tudo diretamente da tela do celular, *tablet* ou computador.

No entanto, ainda que esse recurso seja interessante e bastante cômodo ao turista, ele não substitui a experiência que uma pessoa pode ter ao visitar pessoalmente determinado local e a vivência de emoções de estar ali fisicamente. Quando a visita ocorre de modo presencial, as necessidades do visitante são imediatamente apontadas, e o local precisa estar devidamente adequado para recebê-lo, seja em ambiente fechado ou ao ar-livre como em Parques Naturais. Ou seja, a inclusão precisa se refletir, dentro do máximo possível, por todos os espaços

O caminho para uma sociedade inclusiva passa, necessariamente, por um trabalho amplo de conscientização sobre a relevância dos diversos valores associados ao respeito e à promoção dos direitos das pessoas com deficiência. Em paralelo, é importante disseminar boas práticas e compartilhar soluções, para que as ações necessárias se tornem não só desejáveis no imaginário das pessoas, como também viáveis. É preciso cultivar essa nova perspectiva. (Instituto Semeia, 2021, p.09)

De modo geral, a natureza e todos os seus elementos, desde a fauna e flora, são convidativos aos seres humanos, tanto para àqueles que cresceram perto dela, quanto para

indivíduos que habitam em áreas urbanas, mas ainda assim, apreciam o contato com áreas selvagens. Seja por meio da contemplação de atividades voltadas ao turismo de aventura, ecoturismo ou turismo rural, ou ainda uma simples caminhada para respirar ar fresco. São diversas as práticas no meio natural, que permitem amplas possibilidades e opções ao praticante.

Compreendendo que esses hábitos geram bem-estar e relaxamento aos seres humanos, é viável que áreas naturais estejam cada vez mais preparadas a receber o público PCD de forma a alcançar um nicho ainda mais amplo, não somente tornando o espaço mais propício ao acolhimento, mas também gerando contribuições as próprias instituições através do fortalecimento da visitação e da cultura de valorização de áreas protegidas, gerando descobertas. De acordo com o Instituto Semeia, 2021, p. 11

Favorecer o acesso a essa parcela considerável da população constitui ainda uma oportunidade valiosa de desenvolvimento econômico para os setores de turismo e lazer (UNWTO, 2013). No caso do Brasil, por exemplo, mais de um milhão de visitas anuais por pessoas com deficiência poderiam se somar aos cerca de 15 milhões já registrados anualmente nas unidades de conservação federais (ICMBio, 2020).

Assim sendo, o turismo ecológico, bem como seus espaços, necessitam acompanhar os avanços tecnológicos, utilizando tecnologias e aplicando-as ao seu meio, uma vez que o conceito de acessibilidade não deve ser compreendido sob um ponto de vista estritamente arquitetônico ou urbanístico. À vista disso, o projeto “Conecta Parques” é uma iniciativa do Governo Federal que visa promover conectividade em parques brasileiros, estimulando mais segurança e bem-estar aos turistas, além de aumentar o número de visitantes.

A proposta do projeto é melhorar a experiência do turista em meio a natureza, disponibilizando acesso a internet gratuita em parques de todo o país. No início do mês de janeiro de 2022, 11 antenas estavam em processo de entrega em nove unidades de conservação (UC's), e dado o sucesso da iniciativa, foram possíveis o aumento da distribuição desses recursos, sendo projetadas para 20 antenas em 18 UC's do território brasileiro³⁹.

Quando pensada a partir do viés de promoção da acessibilidade, essa iniciativa se faz muito positiva, uma vez que permite ao visitante o acesso a recursos complementares de

³⁹ Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/meio-ambiente-e-clima/2022/01/mais-nove-parques-nacionais-recebem-antenas-para-acesso-gratuito-a-internet-na-segunda-fase-do-projeto-conecta-parques>>

tecnologias promovendo inclusão por meio de aplicativos de celular, tais como, tradutores de libras, opções para deficientes visuais e guias sobre a estrutura de locais. O “Guiaderodas” é um aplicativo gratuito, utilizado para avaliar a acessibilidade de lugares para pessoas com dificuldade de locomoção. O *software* utiliza a localização do seu aparelho para encontrar estabelecimentos comerciais, pontos turísticos e outros lugares importantes próximos. Na lista, é possível descobrir quais são considerados acessíveis ou não, segundo avaliações feitas pela comunidade⁴⁰.

Há ainda o *BeMyEyes*⁴¹, que tem uma interessante proposta para ajudar pessoas com deficiências visuais. Pelo aplicativo (app), é possível voluntariar-se para ajudar pessoas com tarefas visuais a partir de chamadas de áudio e vídeo. De acordo com o site CanalTech, essa plataforma conta com mais de 4 milhões de pessoas que se cadastraram enquanto voluntários dispostas a ajudar quem precisar deste recurso. Outro aplicativo bastante útil e está disponível em 22 idiomas diferentes, incluindo o português, é o “*Wheelmap*”, que consiste em um programa que auxilia os usuários a encontrarem locais acessíveis já visitados por outras pessoas com deficiência.

No app, que já avaliou mais de 1 milhão de lugares pelo mundo, é possível se informar se o local tem acessibilidade para cadeirantes ou possíveis dificuldades⁴². Isto significa que, o turista já estando no local desejado, ou mesmo antes de conhecê-lo, conseguirá reconhecer a adaptabilidade de cada ambiente e quais são os seus limites e se há alguma barreira arquitetônica. É um recurso que se torna bastante útil em ambientes naturais quando se quer analisar o nível de periculosidade de alguma trilha e a obtenção de dicas de como ter uma experiência satisfatória e segura no decorrer da aventura.

A acessibilidade atrelada ao uso das tecnologias, e todas as suas possibilidades, ainda diz respeito a simulação de sensações que esses ambientes propiciam, além do acesso a informação e ao conhecimento técnico dos bens naturais existentes dentro das UC's, não somente na acepção material, como também imaterial, propiciando ao público PCD muito além de condições físico-espaciais. É por isso que algumas iniciativas vêm surgindo a fim de consolidar esse acesso, sendo uma delas, o uso da realidade virtual (RV), que consiste em uma técnica avançada de interface, onde o usuário pode realizar imersão, navegação e

⁴⁰ Disponível em: < <https://canaltech.com.br/apps/melhores-aplicativos-acessibilidade/>>

⁴¹ Idem.

⁴² Disponível em: < <https://www.upi.ufv.br/wp-content/uploads/2020/06/Lista-de-Applicativos-.pdf>>

interação em um ambiente sintético tridimensional gerado por computador, utilizando canais multi-sensoriais. (Pinho & Kirner, [s.d], n.p).

Iniciativas nesse sentido são crescentes nas UCs brasileiras, oferecendo inclusive o acesso remoto a paisagens icônicas da unidade e uma experiência mais interessante do que a mera representação estática. Pesquisas indicam que o uso da realidade virtual para proporcionar a imersão mediada pela tecnologia em ambientes naturais apresenta-se como uma valiosa ferramenta para simular as sensações do contato com esses ambientes e propiciar bem-estar a pessoas com dificuldade de acesso ou em situação de confinamento. Ela pode incluir estímulos visuais, sonoros, olfativos e cinéticos (Instituto Semeia, 2021, p.29 apud. Depledge et al., 2011; Liszio & Masuch, 2018)

Ou seja, o turista PCD pode ter a impressão de estar atuando em um ambiente totalmente virtual, manipulando, criando, ou movimentando objetos em tempo real a partir da espécie de mundo virtual em 360°. Esse caminho pode ser utilizado por pessoas que preferem se aventurar no formato *cyberspace*, mas sem abrir mão de vivenciar a sensação de estar em áreas naturais, no formato RV.

Realizado pelo Instituto Pristino (uma entidade que desenvolve pesquisas direcionadas em inventariamento, conservação e uso racional do patrimônio natural e ações educativas e de socialização do conhecimento⁴³), o “Projeto 3D. Pristino”, divulga e socializa paisagens de interesse arqueológico e cultural por meio da disponibilização de modelos tridimensionais, que representam o objeto real em volume, aspecto e cores, e permitem ao público realizar “visitas virtuais” a esses locais. (Instituto Semeia, 2021, p.29).

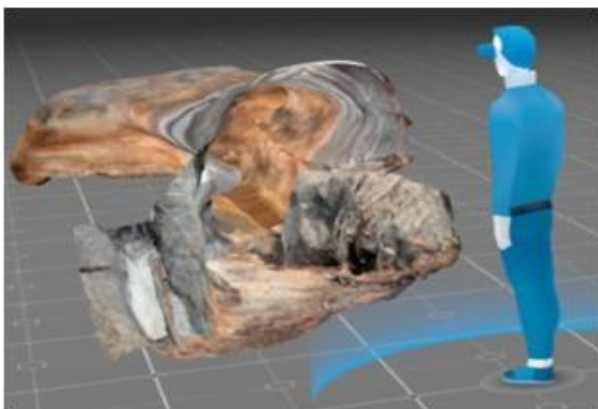
Um dos sítios em que esse projeto foi baseado chama-se Sítio Arqueológico Abrigo Esmeril⁴⁴, localizado no Vale do córrego Esmeril, no município de Riacho dos Machados/MG. Conforme é apontado no site do Instituto Pristino⁴⁵, os dados e imagens disponibilizados por meio do Projeto 3D.Pristino são resultado de levantamentos fotográficos de campo realizados pela equipe do Instituto Pristino em pesquisas científicas e em ações de apoio técnico a órgãos públicos. Tais dados foram processados em nível digital e permitiram a elaboração de modelos que representam o objeto real em volume, aspecto e cores. Com isso, as pessoas que acessam as páginas do projeto poderão realizar “visitas virtuais” aos sítios disponibilizados, assim como obter informações básicas sobre o lugar representado, como são mostradas nas imagens abaixo:

⁴³ Disponível em: <https://institutopristino.org.br/quem-somos/>

⁴⁴ Disponível em: <https://institutopristino.org.br/3d-pristino/3d-arqueo-sitio-arqueologico-abrigo-do-esmeril/>

⁴⁵ Disponível em: <https://institutopristino.org.br/3d-pristino-entenda-o-projeto-3d-pristino/>

Figura 02: Simulação de viagem virtual – Projeto “3D. Pristino.



3D.Pristino

Fonte: Instituto Prístino, 2022

Figura 03 - Sítio Arqueológico Abrigo do Esmeril, em projeto 3D, realizado pelo Instituto Prístino.



Fonte: Instituto Semeia, 2021

Isto significa que, a partir de óculos de realidade 360°, é possível realizar viagens virtuais em 3D pelo ambiente, implicando dizer que a RV tem se mostrado um facilitador de experiências ao visitante, surgindo como uma alternativa na promoção de experiências ao turista PCD.

Outro exemplo a ser seguido é o projeto ABROLHOS360, que mostra ao público manguezais, recifes costeiros e a biodiversidade marinha do Arquipélago de Abrolhos utilizando óculos de realidade virtual. O Arquipélago de Abrolhos é um dos locais mais bonitos e fascinantes do país, localizado em uma área há 70 km da costa de Caravelas-BA, que engloba o Parcel dos Abrolhos, formado por um complexo de milhares de chapeirões, estruturas recifais únicas encontradas somente na região do Banco dos Abrolhos.

Conforme dados do ICMBio (2020), o turismo de natureza é bastante expressivo na região, onde mais de 90% dos turistas que visitam o território tem como motivação principal os atrativos naturais. E para aprimorar a experiência do visitante, O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos lançou a Realidade Virtual em setembro de 2019⁴⁶, estreando três episódios da série ABROLHOS360, produzida pela empresa ECO360, com suporte financeiro da *National Geographic Society* e apoio do ICMBio, dentre outros parceiros.

Figura 04 - Viagem virtual pelo arquipélago de Abrolhos



Fonte: Acervo ICMBio, 2020



Fonte: Acervo ICMBio, 2022

A equipe da UC recebeu capacitação para operar o equipamento e prestar suporte ao turista. A ação propicia ao visitante imagem dos ambientes marinhos protegidos na região dos Abrolhos além de imagens aéreas e submarinas do local. As exposições contam hoje com seis óculos de realidade virtual adquiridos pelo Projeto GEF Mar, disponibilizados ao público, diariamente, no Centro de Visitantes do Parque, onde é permitido desfrutar do atrativo de forma gratuita⁴⁷, transmitindo uma sensação quase idêntica a uma caminhada ou mergulho na UC. Tais informações podem ser facilmente localizadas no site do Parque, contribuindo para uma boa experiência ao turista PCD, a partir do momento em que ele se propõe a pesquisar sobre a UC, e quais os seus recursos facilitadores existentes.

⁴⁶ Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/porta/ultimas-noticias/20-geral/10960-realidade-virtual-leva-publico-para-abrolhos>

⁴⁷ Idem

3.2 Acessibilidade ao turista PCD em Unidades de Conservação do Estado de Minas Gerais: uma análise das informações encontradas nos sites oficiais das UCs

Conforme dito anteriormente, a boa experiência do turista, se inicia a partir do momento em que ele se propõe a buscar informações sobre o atrativo turístico que pretende conhecer e suas condições para visitação. Em decorrência da era digitalizada em vive-se atualmente, é possível realizar essa investigação de maneira imediata e autônoma, pelo celular ou computador, e em muitos dos casos, acaba não sendo necessário um contato telefônico para a instituição em questão.

Partindo disso, foi realizada uma pesquisa exploratória em sites institucionais de 10 Unidades de Conservação nacionais e estaduais, do Estado de Minas Gerais, a fim de trazer uma perspectiva inicial do que o turista PCD encontra ao buscar informações sobre as instalações voltadas a acessibilidade e de que forma essa infraestrutura poderá atendê-lo. As UCs foram divididas entre 5 parques nacionais e 5 estaduais.

Obs: Os sites considerados para pesquisa foram os oficiais dos parques, e para aqueles que não possuem um site próprio, foram levados em conta os websites dos órgãos ambientais autorizados: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e do Instituto Brasileiro de Florestas - IEF. Assim sendo, segue abaixo os objetos dessa pesquisa:

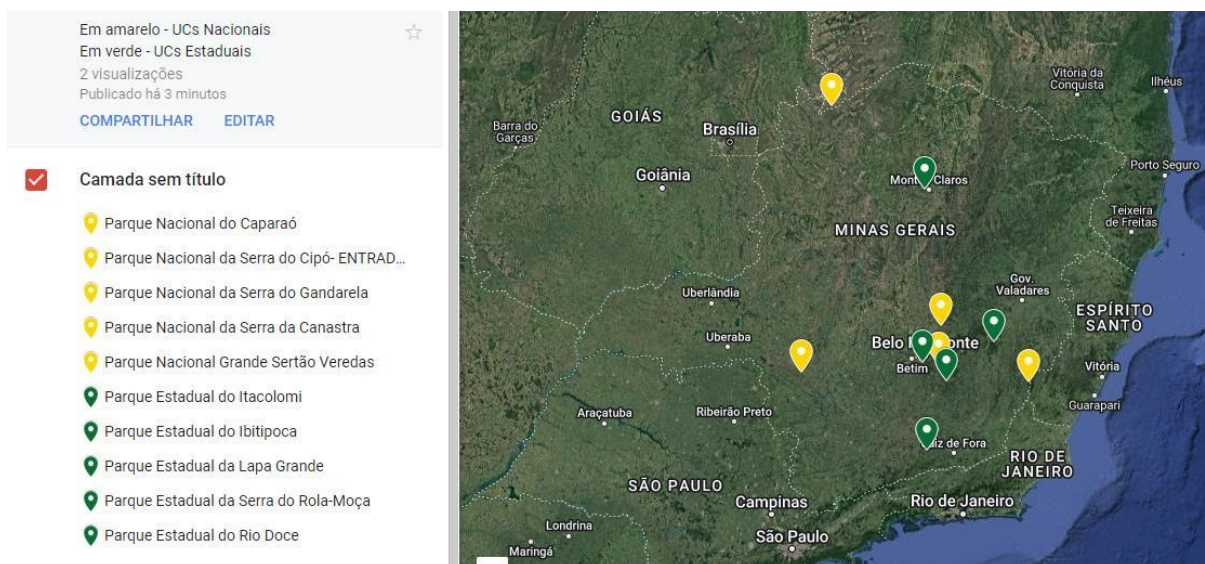
Quadro 1 – Relação de UCs Nacionais e UCs Estaduais no Estado de Minas Gerais

| UCs Nacionais | Município(s) de abrangência | Site institucional |
|---------------------------------------|--|---|
| Parque Nacional do Caparaó | Alto Caparaó | https://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/ |
| Parque Nacional Serra do Cipó | Jaboticatubas, Santana do Riacho, Morro do Pilar Itambé do Mato Dentro | https://www.icmbio.gov.br/parnaserradocipo/ |
| Parque Nacional da Serra do Gandarela | Rio Acima | https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/parna-da-serra-do-gandarela/informacoes-sobre-visitacao-parna-da-serra-do-gandarela |
| Parque Nacional da Serra da Canastra | São Roque de Minas, Sacramento e Delfinópolis | https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/cerrado/lista-de-ucs/parna-da-serra- |

| | | |
|---------------------------------------|---|---|
| | | da-canastra/informacoes-sobre-visitacao-parna-da-serra-da-canastra |
| Parque Nacional Grande Sertão Veredas | Chapada Gaúcha, Formoso, Arinos (MG) Cocos (BA) | https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/cerrado/lista-de-ucs/parna-grande-sertao-veredas/informacoes-sobre-visitacao-parna-grande-sertao-veredas |

| UCs Estaduais | Município(s) de abrangência | Site institucional |
|---------------------------------------|--|---|
| Parque Estadual do Itacolomi | Ouro Preto e Mariana | http://www.ief.mg.gov.br/component/content/article/193-parque-estadual-do-itacolomi |
| Parque Estadual do Ibitipoca | Lima Duarte | https://www.parqueibitipoca.eco.br/ |
| Parque Estadual da Lapa Grande | Montes Claros | http://www.ief.mg.gov.br/instituicao/281?task=view |
| Parque Estadual da Serra do Rola Moça | Belo Horizonte, Brumadinho, Nova Lima e Ibirité. | http://www.ief.mg.gov.br/component/content/article/198?task=view |
| Parque Estadual do Rio Doce | Dionísio, Marliéria e Timóteo | http://www.ief.mg.gov.br/component/content/article/195?task=view |

Figura 05 - Localização das UCs Nacionais e Estaduais de MG - Recurso MyMaps Google



Legenda:

| |
|---------------|
| UCs NACIONAIS |
| UCs ESTADUAIS |

Parques Naturais:

1. Parque Nacional do Caparaó

Figura 06 - Captura de tela da página oficial da UC Parna Caparaó



Fonte: ICMBio, 2022.

Ao acessar a página, visitante se depara com uma série de informações sobre o parque. Na aba “Guia do Visitante” o turista é redirecionado a outro fragmento do site, onde encontra direcionamentos relacionados a “quando ir”, “como chegar”, “ingressos”, “atrativos”, “o que fazer” e por fim, “orientações”.

Na opção “atrativos”, o turista encontra explicações sobre as cachoeiras existentes, as áreas para *camping* e informações sobre os dois centros de visitantes existentes (compreendendo os Estados do Espírito e de Minas Gerais). O centro de atendimento em MG aponta que nas suas instalações, como forma de acessibilidade, há banheiro destinado para pessoas com deficiência: “No lado externo há três banheiros, um masculino outro feminino e outro para deficientes físicos”⁴⁸. Contudo, em nenhuma outra categoria explicativa são apontadas outras formas de acessibilidade ao visitante, sejam nas trilhas ou em outros recursos de infraestrutura e equipamentos, para além do banheiro, deixando a pesquisadora em dúvida quanto a existência de condições adaptativas na UC.

⁴⁸ Disponível em : <https://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/guia-do-visitante.html>

Em notícia publicada pelo Ministério do Meio Ambiente⁴⁹, em 14/04/2022, é informado que o Parna Caparaó foi um dos Parques contemplados com cadeiras de rodas, as Juliettis, criadas especialmente para PCDs para transportá-los em trilhas e terrenos acidentados, bem como aos atendimentos de emergências dentro dos parques. No entanto, essa informação que é de suma importância, ainda não consta no site institucional do ICMBio.

Esses dados precisam ser inseridos urgentemente ao “Guia do Visitante”, uma vez que podem incentivar a pessoa com deficiência a de fato visitar a UC, uma vez que ele irá encontrar menções relacionadas à presença de adaptação do atrativo; De modo geral, os direcionamentos contidos no site estão bem organizados e de fácil localização, pois seguem uma triagem (uma informação abaixo da outra, sendo necessário apenas deslocar a tela para baixo).

2. Parque Nacional Serra do Cipó

Figura 07 - Captura de tela da página oficial da UC Parna Serra do Cipó



Fonte: ICMBio, 2022.

Uma vez que essa UC também está sob os cuidados do ICMBio, a apresentação da sua tela segue o mesmo padrão do Parna Caparaó, e para localizar as informações pertinentes ao turista, é necessário acessar a aba “Guia do Visitante” onde também se depara com os

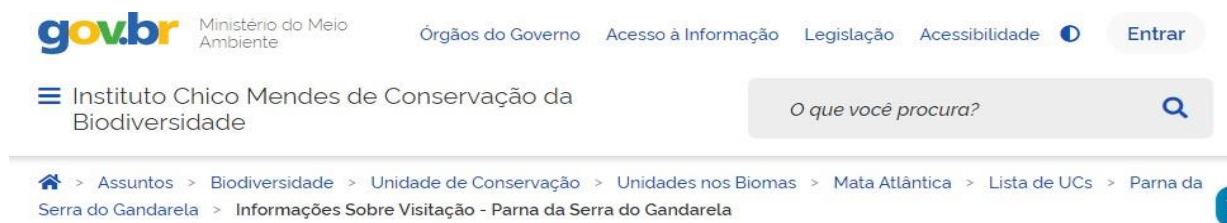
indicativos relacionados a “quando ir”, “como chegar”, “ingressos”, “atrativos”, “o que fazer” e por fim, “orientações”.

Diferentemente da primeira UC apresentada, o Parque Nacional da Serra do Cipó não expõe nenhuma instrução sobre a presença de acessibilidade no parque, sejam relacionados a infraestrutura ou a pessoas instruídas para receberem o turista PCD. Na aba “orientações” o parque fornece uma série de recomendações ao visitante e sinaliza que “você é responsável por sua segurança⁵⁰”. A apresentação dos informativos é de fácil visualização, e também (uma informação abaixo da outra, sendo necessário apenas deslocar a tela para baixo). No entanto, nenhuma informação sobre ações voltadas a acessibilidade está listada nesse guia, o que leva o visitante a concluir que não há iniciativas voltadas ao acolhimento de PCDs.

Em notícia publicada em 14/04/2022 às 12h50, o Parna Serra do Cipó é listado⁵¹ como uma das UCs contempladas com as cadeiras de rodas Juliettis, no entanto, a informação da existência desse equipamento ainda não se encontra no site institucional avaliado.

3. Parque Nacional da Serra do Gandarela

Figura 08 - Captura de tela da página oficial da UC Parna da Gandarela



Informações Sobre Visitação - Parna da Serra do Gandarela

O Parque Nacional da Serra do Gandarela foi criado em 13 de outubro de 2014 e constitui-se importante área de conservação ambiental no coração do Quadrilátero Ferrífero e na porção sul da Cadeia do Espinhaço, a 40 km de Belo Horizonte/MG.

O Parque apresenta exuberantes serras, rios e cachoeiras. A vegetação é composta de um dos mais contínuos fragmentos de Mata Atlântica de Minas Gerais em transição com formações do cerrado, como os campos rupestres ferruginosos e quartzíticos. Situadas nos topos e encostas das serras estão as cangas ferruginosas, um tipo de cobertura do solo composta de ferro. Por serem porosas elas funcionam como importantes áreas para a infiltração de água das chuvas para os aquíferos. As águas do Parque contribuem para o abastecimento dos municípios vizinhos e até de Belo Horizonte! Toda essa riqueza está protegida em uma área ambiental!

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2022.

⁵⁰ Disponível em: < <https://www.icmbio.gov.br/parnaserradocipo/guia-do-visitante.html> >

⁵¹ Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/areasprotegidasecoturismo/parquemais/acessibilidade>

A página a qual essa UC está vinculada e possui informações aos visitantes, é por meio da plataforma do Governo Federal – Ministério do Meio Ambiente (MMA), tendo como seu regente o ICMBio. O informativo traz alguns dados básicos do parque, como a data de fundação bem como a sua fauna e flora, com foco nas cachoeiras, poços, mirantes naturais e atividades que podem (e não podem) serem realizadas no local.

Na aba visitação, o site já deixa claro ao visitante que “O Parque Nacional da Serra do Gandarela é relativamente novo e ainda não possui infraestrutura para a recepção de visitantes. Porém, alguns dos atrativos antes mesmo da criação do parque já recebiam visitantes”⁵².

4. Parque Nacional da Serra da Canastra

Figura 09 - Captura de tela da página oficial da UC Parna da Canastra



Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2022.

⁵² Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/parna-da-serra-do-gandarela/informacoes-sobre-visitacao-parna-da-serra-do-gandarela>

Buscando informações a partir da página Gov.br – MMA, é possível obter dados gerais sobre o Parque Nacional da Serra da Canastra, bem como suas condições para visitação. Infelizmente, o site não possui notas voltadas a acessibilidade, em nenhum dos tópicos apresentados, sendo eles: “como chegar”, “onde ficar” “informações importantes”, “melhores épocas do ano para visitação”, “endereço da sede administrativa”, “horário de funcionamento”, “recomendações”, “não é permitido” e “seja um visitante consciente”⁵³. Não há absolutamente nenhum direcionamento voltado a medidas de atendimento ao turista PCD, nem mesmo, nenhum tópico que sinalize a carência de adaptabilidade.

Entretanto, o Parna Serra da Canastra está na listagem⁵⁴ de UCs contempladas com a cadeira de rodas Juliettis, conforme foi possível encontrar no assunto “Parque+ e acessibilidade” pelo site gov.br. Ou seja, mais uma UC que possui recursos voltados a promoção da acessibilidade, mas não informa em seu Guia do Visitante (local correto onde a informação deveria estar inserida)

5. Parque Nacional Grande Sertão Veredas

Figura 10 - Captura de tela da página oficial da UC Parna Grande Sertão Veredas



gov.br Ministério do Meio Ambiente

Órgãos do Governo Acesso à Informação Legislação Acessibilidade Entrar

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

O que você procura?

Assuntos > Biodiversidade > Unidade de Conservação > Unidades nos Biomas > Cerrado > Lista de UCs > Parna Grande Sertão Veredas > Informações Sobre Visitação - Parna Grande Sertão Veredas

Informações Sobre Visitação - Parna Grande Sertão Veredas

Estudos realizados entre 1987 e 1989 pela Fundação Pró Natureza - FUNATURA identificaram no território uma excepcional importância ecológica (biodiversidade e recursos hídricos) e cultural que necessitava ser preservada, principalmente por não haver nenhuma unidade de conservação em toda a região conhecida como Gerais, do bioma Cerrado.

Para tanto, em 1989, por meio do Decreto n° 97658 foi criado o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, com uma área de 83.364 hectares. Em 2004, o parque foi ampliado passando a ter uma área total de 230.671 hectares que abrange os municípios de Chapada Gaúcha, Formoso e Arinos no estado de Minas Gerais e Cocos, na Bahia.

O nome, é uma homenagem a uma das mais importantes obras literárias brasileiras, o romance Grande Sertão Veredas, de João Guimarães Rosa, que retrata com extrema sensibilidade a realidade regional onde a unidade está inserida, repleta de passagens que descrevem os locais, a relação do homem com a natureza e as características culturais, ainda hoje encontradas.

⁵³ Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/cerrado/lista-de-ucs/parna-da-serra-da-canastra/informacoes-sobre-visitacao-parna-da-serra-da-canastra>

⁵⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/areasprotegidasecoturismo/parquemais/acessibilidade>

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2022.

A análise realizada sobre o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, pelo site Gov.br – MMA, também trouxe referências sobre a história e características gerais do atrativo. Os direcionamentos ao visitante estão distribuídos seguindo os seguintes tópicos: “Principais Atrativos”, “Melhores épocas do ano para visitação”, “Como chegar”, “Valores de ingressos e passeios”, “Orienta es Diversas”, “Horário de funcionamento”, “Registro de entrada”, “Recomenda es”, “Restri es” e “Contatos para comunica o”⁵⁵. Há ainda, o link indicando ao visitante um [Guia de Conduta Consciente em Ambientes Naturais](#)⁵⁶.

A página sobre o Parna Sertão Veredas também não faz referências a iniciativas voltadas a recep o de pessoas com deficiência, tanto no âmbito da infraestrutura, quanto no preparo comunicacional de colaboradores, resultando assim em um melhor atendimento. A partir de suposi es feitas pelos dados encontrados, seria possível afirmar que a UC não está preparada para receber PCDs.

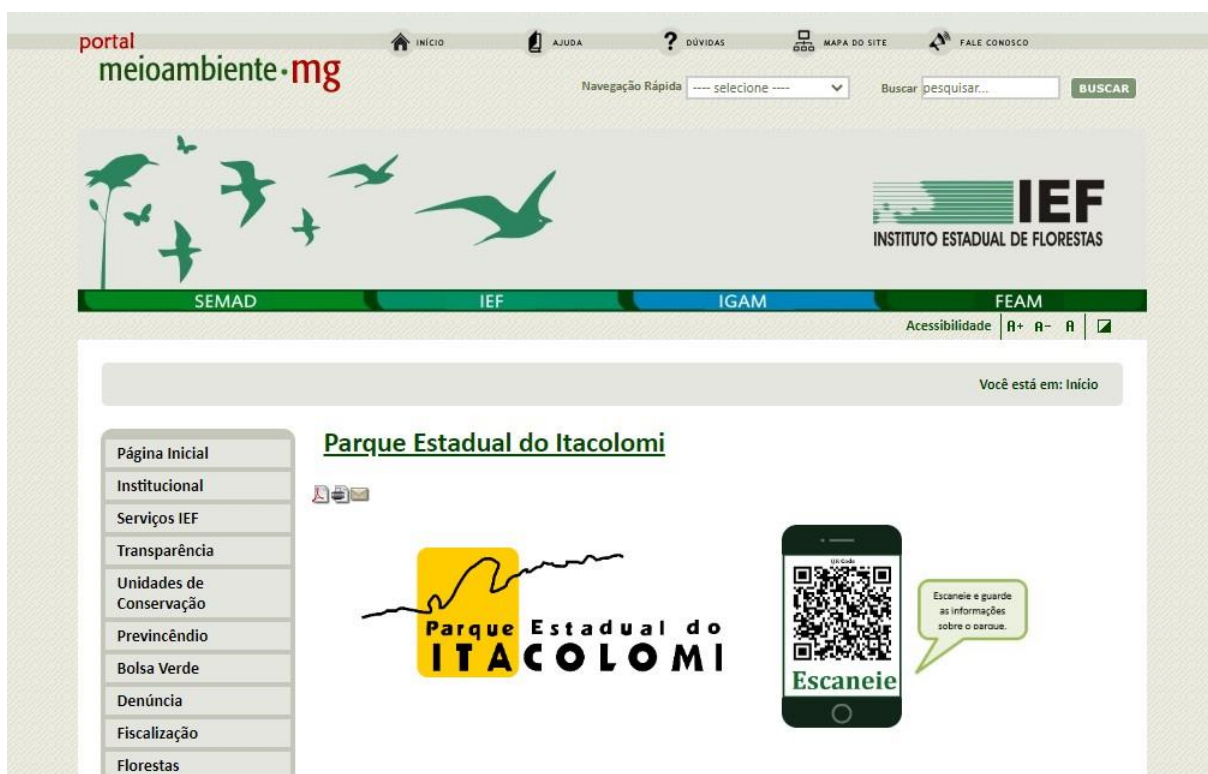
Parques Estaduais

6. Parque Estadual do Itacolomi

Figura 11 - Captura de tela da página oficial da UC Parque Estadual do Itacolomi - IEF

⁵⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/cerrado/lista-de-ucs/parna-grande-sertao-veredas/informacoes-sobre-visitacao-parna-grande-sertao-veredas>

⁵⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/cerrado/lista-de-ucs/parna-grande-sertao-veredas/informacoes-sobre-visitacao-parna-grande-sertao-veredas/arquivos/guia2.pdf>



Fonte: IEF, 2022.

O portal do Instituto Estadual de Florestas – IEF, permite ao turista encontrar informações sobre todas as dependências e condições para visitação do Parque Estadual do Itacolomi – PEIT. As instruções estão organizadas da seguinte forma: “fotos”, “dados gerais”, “infraestrutura”, “horário de funcionamento”, “como chegar”, “localização”, “contatos e endereço”, “ingressos e tarifas”, “atrativos e atividades”, “orienta es”, “mapas e trilhas”, “plano de manejo” e “m dias sociais”.

De modo geral, os pontos citados acima não informam com precisão se há infraestrutura voltada a acessibilidade no PEIT. No entanto, no t pico “orienta es”, há a informa o de que “O Parque do Itacolomi, de acordo com o site [TripAdvisor](https://www.tripadvisor.com.br),   um dos atrativos mais buscados em Ouro Preto”⁵⁷, sendo assim, o site menciona a “Trilha dos Sentidos” projeto que faz parte do parque e que objetiva contribuir para que a UC seja referência em acessibilidade e esteja apta a receber idosos e pessoas com defici ncia⁵⁸. Ou seja, uma a o que demonstra uma preocupa o e aten o por parte da gestão do Parque no quesito acessibilidade.

⁵⁷ Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/component/content/article/193-parque-estadual-do-itacolomi>

⁵⁸ Idem

A Trilha dos Sentidos é uma atividade que propõe aos visitantes, por meio do tato, paladar, olfato, visão e audição, uma experiência sensorial. Na trilha, os participantes têm os olhos vendados⁵⁹ e são guiados por uma corda. Durante o trajeto, eles são conduzidos o tempo todo pela equipe de colaboradores do Parque⁶⁰. Ou seja, o projeto visa trazer a percepção física de PCDs, sendo possível sentir à natureza por uma ótica diferente, além de contribuir para melhorias na experiência desse perfil de turista, a partir do reconhecimento das suas necessidades.

Figura 12 - Crianças de escolas de distritos de Mariana/MG fazem visita ao Parque do Itacolomi



Fonte: Portal da Cidade Mariana, 2019.

7. Parque Estadual do Ibitipoca

Figura 13 - Captura de tela da página oficial da UC Parque Estadual do Ibitipoca

⁵⁹ Disponível em: <https://mariana.portaldacidade.com/noticias/educacao/criancas-de-escolas-de-distritos-de-mariana-fazem-visita-ao-parquedo-itacolomi-1746>

⁶⁰ Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/noticias/2726-t>

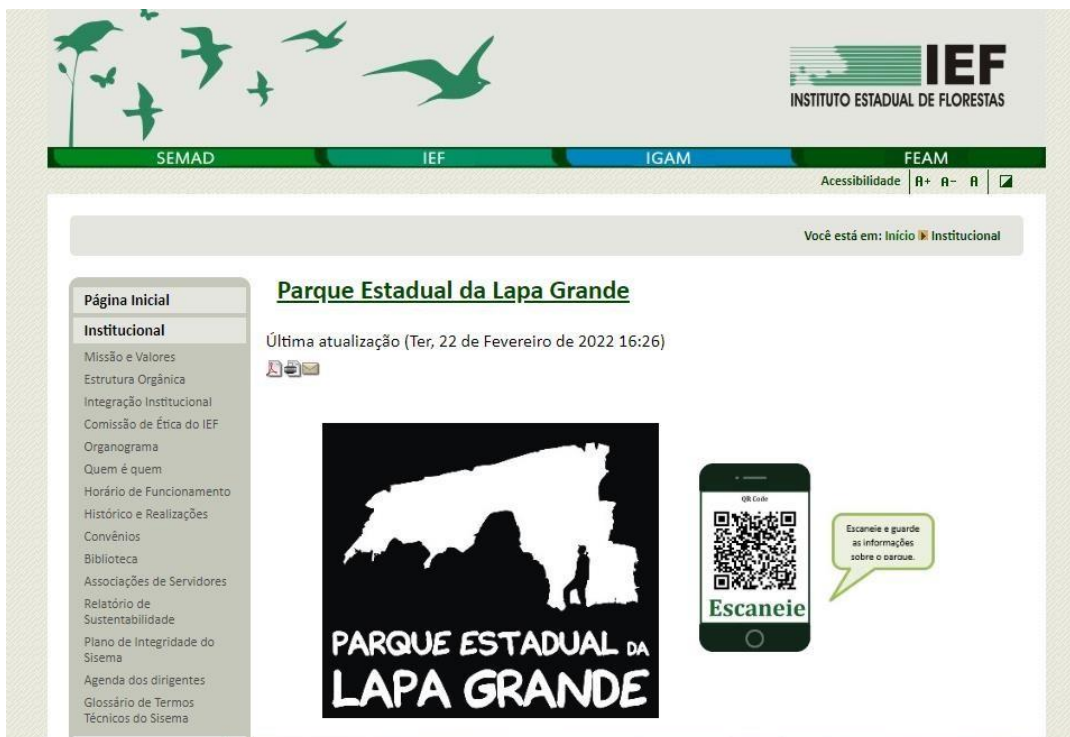


Fonte: Parque Ibitipoca, 2022.

O Parque Estadual do Ibitipoca conta com um site oficial e totalmente personalizado, de boa apresentação, chamando a atenção de quem o visita. Conforme o visitante rola a tela para baixo, os tópicos “agendar”, “verificar, atrações”, “serviços” e “orientações” vão sendo ordenadamente apresentados. Na aba “atrações”, são apresentados os atrativos do parque, bem como as suas instalações, que conta com um centro de visitantes com banheiros adaptados para cadeirantes. Nos demais atrativos turísticos da UC (Circuito das águas, Circuito do Pião, Janela do Céu, Grutas, Restaurante e Loja) não são apontadas iniciativas voltadas a presença de acessibilidade. A única menção feita é a respeito dos banheiros adaptados.

8. Parque Estadual da Lapa Grande

Figura 14 - Captura de tela da página oficial da UC Parque Estadual da Lapa Grande - IEF



Fonte: IEF, 2022.

O Parque Estadual da Lapa Grande possui uma página oficial vinculada ao site institucional do IEF, e conta com uma apresentação com informações gerais da UC. Os tópicos estão distribuídos entre “fotos”, “dados gerais”, “infraestrutura”, “horário de funcionamento”, “como chegar”, “contatos e endereço”, “ingressos e tarifas”, “atrativos e atividades”, “orientações”, “mapas”, “plano de manejo e conselho”, e “mídias sociais”.

Em nenhum dos tópicos apontados acima, há menções relacionadas a medidas de acessibilidade presentes no parque, sejam nas trilhas e suas sinalizações, portaria, centro de visitantes ou área de convivência. Mediante aos dados contidos nessa página, seria possível em um primeiro momento, apontar que não há adaptação para pessoas com deficiência na UC.

9. Parque Estadual da Serra do Rola Moça

Figura 15 - Captura de tela da página oficial da UC Parque Estadual do Rola-Moça - IEF



Fonte: IEF, 2021.

O Parque Estadual da Serra do Rola-Moça também possui uma página oficial vinculada ao site institucional do IEF, seguindo a mesma triagem apontada na UC anterior, estruturada em apresentação com informações gerais da UC e tópicos distribuídos entre “fotos”, “dados gerais”, “infraestrutura”, “horário de funcionamento”, “como chegar”, “contatos e endereço”, “ingressos e tarifas”, “atrativos e atividades”, “orientações”, “mapas”, “plano de manejo e conselho”, e “mídias sociais”.

Ao acessar a página, o turista não encontra referências sobre acessibilidade para PCDs, uma vez que nenhum dos pontos abordados acima apontam iniciativas voltadas a adaptação de espaços, bem como de equipamentos para melhor recepcionar o turista.

10. Parque Estadual do Rio Doce

Figura 16 - Captura de tela da página oficial da UC Parque Estadual do Rio Doce - IEF



Fonte: IEF, 2021.

O site oficial do órgão ambiental IEF, menciona guias sobre “fotos”, “dados gerais”, “infraestrutura”, “horário de funcionamento”, “como chegar”, “contatos e endereço”, “ingressos e tarifas”, “atrativos e atividades”, “orientações”, “mapas”, “plano de manejo e conselho”, e “mídias sociais” referentes ao Parque Estadual do Rio Doce, para conhecimento do público. Em nenhuma das categorias já mencionadas, é possível encontrar informações sobre acessibilidade para PCDs, não há qualquer tipo de menção sobre o tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já foi mencionado na introdução deste trabalho, o objetivo geral dessa análise baseou-se em promover uma discussão acerca dos enfrentamentos diários de pessoas com deficiência quando se permitem praticar o turismo em busca de usufruir dos seus benefícios, no que diz respeito ao estreitamento do contato com a natureza em unidades de conservação, mais especificamente, visando entender a dinâmica envolvendo o uso das tecnologias como fator de incremento a acessibilidade, bem como, na disseminação de informações por parte dos canais oficiais das UCs ao turista PCD, quando ele se propõe a pesquisar sobre as condições adaptativas dos espaços em sites oficiais dessas instituições.

Ao final dessa pesquisa, foi possível constatar que condições adaptativas em unidades de conservação devem existir obrigatoriamente e estarem devidamente inseridas nos Planos de Manejo e Planos de Uso Público dos parques naturais. No que diz respeito aos parques nacionais e estaduais do Estado de Minas Gerais, essa iniciativa ainda possui um caminho a ser percorrido, uma vez que os recursos facilitadores e equipamentos ainda necessitam ser difundidos, assim como acesso a informações voltadas aos visitantes nos sites institucionais, já que a maioria das UCs pesquisadas não mencionam nenhum tópico sobre a temática da acessibilidade no seu “Guia do Visitante”.

Conforme a análise das condições adaptativas das 10 UCs listadas, constata-se que apenas 3 parques fazem algum tipo de menção relacionada ao tema acessibilidade para receber pessoas com deficiência no seu guia de visitação, sendo estes: Parque Nacional do Caparaó (que menciona sobre banheiros adaptados para cadeirantes) , Parque Estadual do Itacolomi (possui projeto social que integra a temática acessibilidade) e Parque Estadual do Ibitipoca (conta com banheiro adaptado a cadeirantes) .

Contudo, conforme foi possível observar, o Parna Serra do Caparaó, Parna Serra da Canastra e o Parna Serra do Cipó, possui equipamento voltado a adaptação em trilhas (a cadeira de rodas Julietti), mas não fazem menção desse recurso em seu Guia do Visitante. As informações se encontram no site do gov.br, mas na página errada. Esses dados precisam estar reunidos no campo “Guia do Visitante”, pois quanto mais fácil estiver ao alcance do turista, e no local correto, melhor. Esse erro pode gerar um sentimento de dúvida, pois a pessoa pode ser levada a crer que não há acessibilidade nas UCs, propiciando uma ação de desistência ou desânimo por parte do visitante, ao não encontrar as informações almejadas.

No que diz respeito aos projetos “Parque+” e o “Conecta Parques”, avalio enquanto muito promissores, pela intenção de fortalecer estruturas e equipamentos acessíveis necessários à promoção do ecoturismo inclusivo, atendendo especificamente pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, assim como a expansão da conectividade de redes de internet, uma vez que abrem portas para a utilização de recursos diversos também voltados a acessibilidade. Contudo, estes recursos ainda precisam ser expandidos, até que estejam presentes em todas as UCs de Minas Gerais, uma vez que a presença de redes de internet também não são sinalizadas nos sites avaliados.

Como pesquisadora e amante da natureza, (e colocando-me no lugar de uma pessoa com deficiência), foi possível notar que frequentar uma UC em Minas Gerais ainda pode ser um grande desafio, tanto pela necessidade de aprimoramento da infraestrutura de atendimento ao PCD, quanto ao encontrar informações de maneira fácil. Foi necessário entrar em vários links até encontrar registros que as UCs possuem de fato equipamentos para o acolhimento desse público. Não tive um sentimento bom ao analisar as páginas “Guia do Visitante”, pois não foram encontradas nenhuma (ou quase nenhuma) informação sobre o tema, além dos direcionamentos não serem exatamente precisos. Tive a sensação de me deparar constantemente com o pensamento de dúvida, ao me questionar se as UCs possuíam de fato ou não condições adaptativas, até mesmo pela ausência de sinalização negativa quanto a essa questão.

É como se tais necessidades fossem inexistentes, gerando um sentimento de invalidação a pessoa que está em busca desses dados, e ao encontrar informações incompletas ou a total falta de direcionamentos, vê a sua causa enquanto minimizada pelos canais receptores oficiais. Essa foi a minha percepção enquanto pesquisadora, me colocando no lugar de turista PCD que está em busca de se informar sobre o destino que deseja conhecer.

Por tudo que foi longamente apresentado aqui e assumindo a ideia inicial deste trabalho, em que o turismo é uma atividade bastante plural e envolve um público muito diverso, assume-se que a temática “unidades de conservação, acessibilidade, turismo e tecnologias” são elementos que devem se complementar a todo instante a fim de propiciar constantemente inovações turísticas capazes de incorporar cada vez mais pessoas com deficiência ao meio. Ao escolher um local para visitação, é imprescindível que o turista PCD vivencie e tenha ao seu alcance uma das principais vertentes desta atividade: o acolhimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL, MEC. **Saúde**. Secretaria de Educação Fundamental. [S.d]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro092.pdf>>

COSTA, Ana Beatriz dos Santos. **Incremento na cognição e no bem-estar através do contato com ambientes naturais – Um estudo de caso no Cerrado brasileiro**. Orientador: Reuber Albuquerque Brandão. 2014. 57f. TCC (Graduação) – Curso de Engenharia Florestal, Departamento de Engenharia Florestal – EFL, Universidade de Brasília – UNB. 2014. Disponível em: < <https://bdm.unb.br/handle/10483/10096> >

HOCKINGS, Marc. **COVID-19 and protected and conserved áreas**. Parks Journal (vol. 26. 1, maio 2020). Disponível em: < https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/final_covid_e_areas_protegidas_e_conservadas_logoiucn.pdf>

Nabuco G, Oliveira MHPP, Afonso MPD. **O impacto da pandemia pela COVID-19 na saúde mental: qual é o papel da Atenção Primária à Saúde?**. Rev Bras Med Fam Comunidade. 2020;15(42):2532. [https://doi.org/10.5712/rbmfc15\(42\)2532](https://doi.org/10.5712/rbmfc15(42)2532)

NAVES, J.G.P. & BERNARDES, M.B.J. **A relação histórica homem/natureza e sua importância no enfrentamento da questão ambiental**. Revista Geosul, Florianópolis, v. 29, n. 57, p 7-26, jan./jun. 2014. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2014v29n57p7> >

Oliveira, D. N., Souza, J. N., Cortine, E., Miranda, B. D., & Gomes, O. d. (2013). **ACESSIBILIDADE A AMBIENTES NATURAIS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**. *IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental*, 1-6.

Silva, G.G.L.; Teles, R.M.S. **Acessibilidade no Ecoturismo e Turismo de Aventura: atuação do poder público e privado**. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.7, n.2, maio/jul 2014, pp.269-289. Disponível em: < <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002659518.pdf> >

Lopes, B. Amaral, Jefferson, N. Caldas, W. R. **Políticas Públicas: Conceitos e Práticas**. Belo Horizonte : Sebrae/MG, 2008. Disponível em:

<http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/manual%20de%20politicass%20p%20C3%9Ablicas.pdf>

Pinho, S. M.; Kiner, C. **Uma Introdução à Realidade Virtual**. Grupo de Realidade Virtual. PUCRS. Disponível em: <https://grv.inf.pucrs.br/tutorials/introducao-a-realidade-virtual/>